

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios



DE SÃO PAULO

Ano 5 • Número 45 • R\$ 7,00

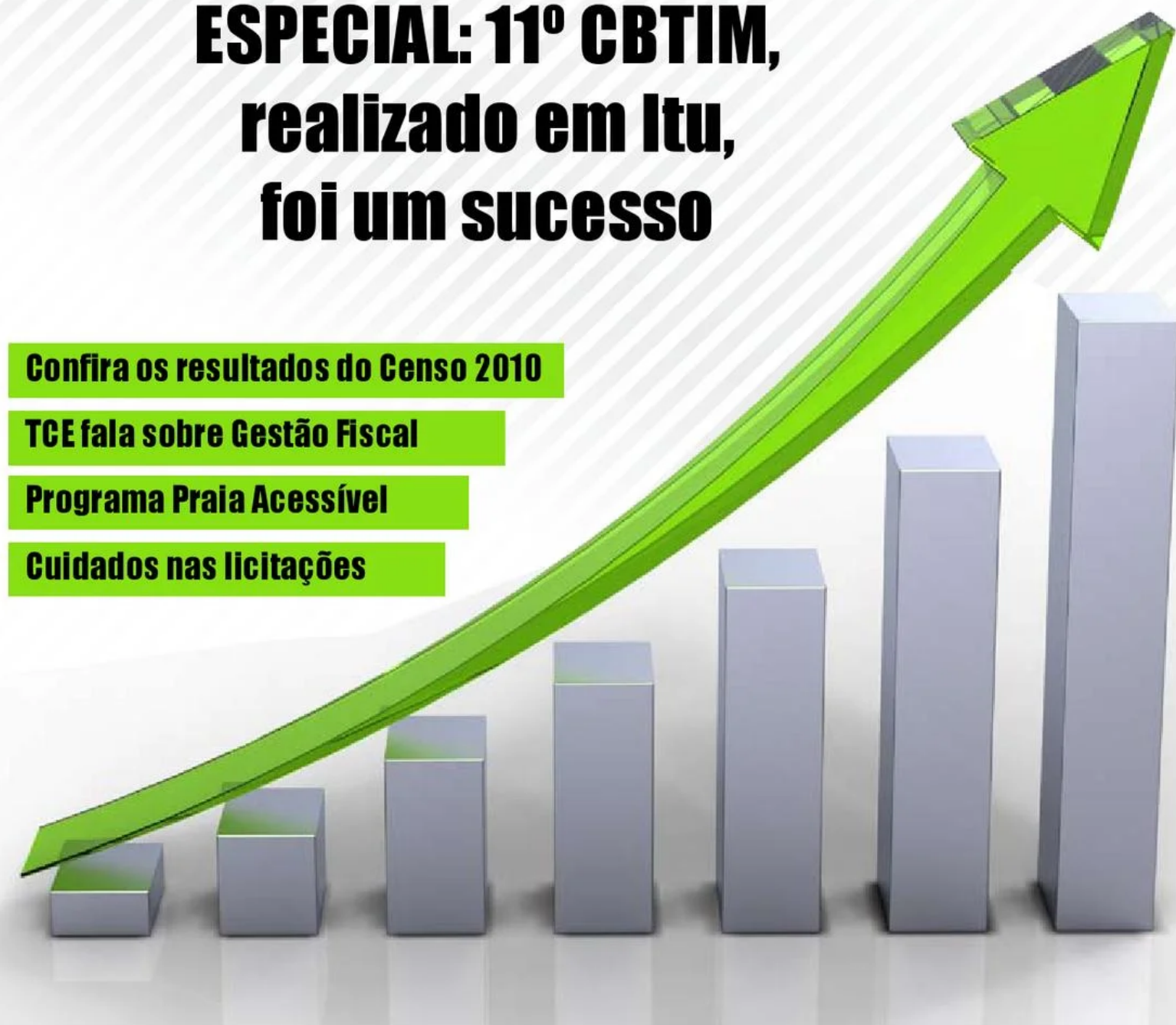
ESPECIAL: 11º CBTIM, realizado em Itu, foi um sucesso

Confira os resultados do Censo 2010

TCE fala sobre Gestão Fiscal

Programa Praia Acessível

Cuidados nas licitações



ENTREVISTA: Marcos Monti faz um balanço das atividades da APM em 2010

Informações, reclamações, sugestões e elogios
0800 726 2492 - Atendimento a pessoas com
deficiência auditiva ou de fala
0800 725 7474 - Ouvidoria



A CAIXA tem uma linha completa de produtos, serviços, programas e ações desenvolvidos especialmente para os municípios brasileiros. Apoio à gestão, reestruturação administrativa, habitação, saneamento, desenvolvimento, turismo, meio ambiente. Não importa o tamanho, não importa a região. A CAIXA é o banco do seu município.





Associação Paulista de Municípios

Rua Major Sertório, 128 - 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA APM GESTÃO 2009 - 2012

Presidente da APM

Marcos Monti

Prefeito de São Manuel (1993 a 1996)

1º Vice-Presidente

José Luiz Rodrigues

Prefeito de Aparecida (2001 a 2008)

2º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini

Prefeito de Bertoga (1993 a 1996 e 2009 a 2012)

3º Vice-Presidente

Herculano Castilho Passos Júnior

Prefeito de Itu (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

4º Vice-Presidente

Diego Denadai

Prefeito de Americana (2009 a 2012)

Secretário Geral

Aquevirque Antonio Nholla

Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

1º Secretário

Antônio Cesar Simão

Prefeito de Itapui (1993 a 1996)

2º Secretário

Sebastião Misiara

Vereador de Barretos (1972 a 1996)

3º Secretário

Jamil Akio Ono

Prefeito de Andradina (2009 a 2012)

Tesoureiro Geral

Carlos Alberto Cruz Filho

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 a 2000 e 1983 a 1988)

1ª Tesoureira

Marisa de Souza Pinto Fontana

Prefeita de Socorro (2009 a 2012)

2º Tesoureiro

José Ademir Infante Gutierrez

Prefeito de Teodoro Sampaio (2005 a 2008 e 2009 a 2012)

3º Tesoureiro

Antonio Carlos de Faria

Prefeito de Caconde (2005 a 2008 e 2009 a 2010)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Antonio Francelino

Prefeito de Álvaro de Carvalho (1989 a 1992 / 1997 a 2000 e 2001 a 2004)

Modesto Salvaterra Filho

Vereador de Brotas (2001 a 2004 e 2009 a 2012)

Newton Rodrigues Freire

Prefeito de Gália (1989 a 1992)

CONSELHO FISCAL

Francisco Leoni Neto

Prefeito de Bariri (2001 a 2004 e 2005 a 2008)

José Francisco da Rocha Oliveira

Prefeito de Pardinópolis (1983 a 1988 / 1993 a 1996 / 2005 a 2008 e 2009 a 2012)

Maria Antonieta de Brito

Prefeita de Garujá (2009 a 2012)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Marilene Mariotoni

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)

Vice-Presidente

Roque Joner

Prefeito de Pratânia (1997 a 2004)

Secretário

Gianpaulo Baptista

Vereador de Porto Feliz (1988 a 1990)

Editorial

A LUTA CONTINUA



Estamos findando mais um ano de muita luta e trabalho em prol dos municípios paulistas e brasileiros. O ano de 2010 foi marcado por muitas batalhas, algumas vitórias e algumas derrotas, porém o mais importante é que estivemos atentos a todas estas lutas, sempre mobilizando as lideranças municipalistas e cumprindo nosso papel de defender nossos interesses.

Gostaria de rapidamente fazer uma retrospectiva de nossas atividades. Realizamos o 54º Congresso Estadual de Municípios, o 11º CBTIM, cursos, seminários, participamos da Marcha de Prefeitos em Brasília, lutamos pela distribuição dos royalties do petróleo, pela regulamentação da Emenda 29, dentre outras atividades.

Nosso trabalho frente à APM é no sentido de buscarmos a unidade em torno dos nossos ideais. Sempre digo "somente conseguiremos atingir nossos objetivos se estivermos juntos comungando dos mesmos ideais". Essa é a única forma de melhorarmos as condições dos nossos municípios.

Estamos também oferecendo aos nossos municípios algumas soluções que visam facilitar as administrações públicas municipais.

Cito com exemplo o Diário Oficial Eletrônico para os municípios, que é uma ferramenta que torna a administração mais transparente e proporciona redução dos custos.

Estamos também estabelecendo diversas parcerias com empresas que prestam serviços aos nossos municípios sempre no sentido de obtermos condições especiais e redução dos custos para a municipalidade.

Portanto, sabemos que o ano de 2011 será também um ano de muito trabalho. Continuaremos a cumprir com nossa função de defender nossos municípios. Teremos a posse dos novos governantes e temos a certeza de que continuaremos com nossas articulações, levando nossos pleitos e obtendo sucesso em todas nossas reivindicações.

Já estamos trabalhando para realizar o 55º Congresso Estadual de Municípios e o 12º CBTIM, que são nossos principais eventos. Porém, estamos também preparando novos seminários, cursos e workshops para tornarmos as administrações municipais mais eficientes, eficazes e ágeis.

Esperamos estar cada vez mais unidos, pois a luta continua!

Marcos Monti
Presidente da APM

Sumário



11 ° CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios

- 03 Editorial
- 06 Entrevista
- 10 CBTIM - Painéis
- 11 CBTIM - Abertura
- 12 CBTIM - Diário Oficial Eletrônico
- 13 CBTIM - Banco do Brasil
- 14 CBTIM - Embratel
- 15 CBTIM - Caixa Econômica Federal
- 16 CBTIM - OI
- 17 CBTIM - Execução Orçamentária
- 18 CBTIM - Gemelo
- 19 CBTIM - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- 20 CBTIM - Tribunal de Contas
- 21 Sessão Solene de Encerramento
- 22 Galeria de Fotos
- 24 Galeria de Fotos - Expositores
- 27 IBGE
- 29 TCE
- 31 Página da História

- 32 IPT
- 34 Projeto Praia Acessível
- 36 Licitação de Transportes
- 40 Artigo Jurídico - Sergio Baptista
- 44 Município Aniversariante - novembro
- 46 Município Aniversariante - dezembro
- 48 Atividades APM
- 53 Artigo Jurídico - Isabela Giglio
- 54 Casos e Causos



EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla
Antônio Cesar Simão



REDAÇÃO

EDITORIA-CHEFE

Daniela Bertoldo
imprensa@apaulista.org.br

EDIÇÃO DE ARTE

Núbia Barros
nubia@apaulista.org.br

Felipe Cyrillo
felipe@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios

Tel.: (11) 4368-5678 / 4367-5632

CEAME

Tel.: (11) 3063-5775 / 3083-7265

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Fone/Fax: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
imprensa@apaulista.org.br

Novembro - Dezembro / 2010

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios

**VOCÊ FAZ TUDO NA SUA EMPRESA.
A EMBRATEL FAZ TUDO PARA VOCÊ
TER MAIS AGILIDADE E ECONOMIA.**



BANDA LARGA DE 1, 5, 10 OU 20 MEGA + LINHAS TELEFÔNICAS A PARTIR DE R\$ 87,80.

O Embratel Pequena e Média Empresa é perfeito para o seu negócio. Tem Internet de alta velocidade e telefone com franquia para você fazer qualquer tipo de ligação: local, DDD e DDI, para celular e fixo. Quer economizar ainda mais? Faz um 21. Empresa nenhuma é pequena demais para a Embratel.



Credencial Tecnologia
2108-2450 Agente Embratel

Embratel
pequena e média empresa

*Redução média de 30% em telefonia considerando tarifas praticadas nos planos básicos das operadoras no Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo e assinaturas não residenciais. Ligações locais para fixo com duração média de 3 minutos e (fixo-móvel) comparando-se com a TM (VCT). Longa distância (fixo-fixo) entre 50km e 100km em horário diferencial do (D2) e (fixo-móvel) em horário normal (VCT). Consulte disponibilidade do serviço em sua região. Valor do pacote de telefonia e banda larga sujeito à alteração, sem aviso prévio.

2010: um ano de muitas reivindicações e muitas conquistas

Presidente da APM faz balanço do ano e lista as principais ações

Por: Daniela Bertoldo

Foram dois grandes congressos realizados, diversos cursos de capacitação, audiências com presidente da República, governador, secretários de Estado, participações em eventos, parcerias, reivindicações, mobilizações e muitas conquistas. Isso foi um pouco do que aconteceu neste ano de 2010, na Associação Paulista de Municípios.

Nesta edição, o presidente da APM, Marcos Monti, faz um balanço do ano e fala sobre os planos futuros. Confira:

Ao longo desse ano, a diretoria da APM esteve em audiência com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com ministros e também com secretários



de Estado. Como é a atuação da APM perante os órgãos federais e estaduais?

Nossa atuação é pontual em nossas reivindicações e também política no sentido de mobilizarmos nossos associados para que estejam juntos conosco em nossas lutas. O ano de 2010 foi um ano de muitas atividades onde tivemos a possibilidade de sermos recebidos em audiência pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, realizamos 02 congressos e diversos cursos de capacitação; se não realizamos mais foi devido às eleições, que nos três meses que as antecederam existe uma mobilização geral da classe política.

A diretoria da APM também foi recebida pelo governador José Serra, ocasião em que foi entregue uma pauta de reivindicações municipalistas. Essas reivindicações foram atendidas?

No mês de novembro de 2009, o Governador José Serra recebeu a Diretoria da APM, onde encaminhamos uma pauta de reivindicações. Podemos dizer que foi um grande momento para nossa Entidade, pois conseguimos aumento dos valores repassados para a merenda escolar, mudanças no critério de pagamentos aos municípios do transporte escolar, a informatização das GTA (Guia de Transporte Animal), dentre outras.



A crise financeira foi assunto de muitos encontros, onde se falava de medidas para driblar a crise e dos repasses do governo para repor as perdas ocasionadas pela queda do FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Como foram esses encontros? E as reivindicações junto aos governos?

A crise mundial de 2009 afetou diretamente os municípios brasileiros, pois, com a criação pelo Governo Federal da política anticíclica, com a redução do IPI, todos perderam receitas. O movimento municipalista se organizou e reivindicou à União que repassasse os valores dessas perdas. Numa atitude inédita, os municípios foram atendidos e receberam um Fundo de compensação do Governo Federal de R\$ 2,3 bi.

O ano de 2010 também foi marcado pela 54ª edição do Congresso Estadual de



Debatemos temas importantes como: Distribuição dos Recursos Tributários, Divisão dos Recursos do Pré-Sal, Pacto Federativo e diversos assuntos de interesse comum dos municípios paulistas e brasileiros.

Como estão os preparativos para a 55ª edição? Quais as expectativas?

Estão a todo vapor. Estamos definindo o município que sediará o 55º CEM. Em 2011 tomam posse os novos Deputados Federais e Estaduais, Governadores, Senadores e Presidente da República. Juntamente serão empossados os novos Ministros e Secretários de Estado e será o momento dos novos mandatários participarem dos nossos eventos trazendo assim todas as possibilidades de parcerias das novas gestões para com nossos municípios.

Por falar em Congresso, a APM realizou recentemente o 11º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios. Qual a importância desse evento para os gestores públicos? Esta foi

a primeira vez que o evento saiu da capital – as expectativas foram correspondidas?

O CBTIM é um Congresso de alto nível técnico na área de Tecnologia da Informação. É um evento de suma importância para todos os nossos municípios, pois é ►



Municípios, que reuniu o alto escalão da política, diversas autoridades e congressistas, num público total de 5 mil pessoas. Que balanço o senhor faz do Congresso?

Todos os Congressos Estaduais são um verdadeiro sucesso devido sua tradição. Neste ano não foi diferente; tivemos a participação de autoridades dos Governos Federal e Estadual e a maciça participação dos líderes municipalistas.





recente participação da APM na Feira do Empreendedor do Sebrae, no Expo Center Norte?

No mundo de hoje temos que estabelecer o maior número de parcerias com todos aqueles que têm finalidades comuns às nossas. Não é possível imaginarmos que sozinhos iremos conseguir atingir todos nossos objetivos. Portanto, temos formalizado diversas parcerias estratégicas no sentido de fortalecermos nossas ações

durante esse evento que apresentamos aos nossos gestores as mais modernas ferramentas para uma gestão eficiente e transparente. Também é um momento único para que os gestores tomem ciência das legislações vigentes que obrigam hoje nossos municípios a cada vez mais usarem a Tecnologia da Informação em suas administrações.

Outras ações importantes que tiveram apoio da APM foram a mobilização pela regulamentação da emenda 29 (da saúde), do pré-sal e o Dia Nacional em Defesa dos Municípios. Como o senhor avalia essas mobilizações?

Todas as mobilizações são sempre para defender os interesses dos nossos municípios, portanto são todas muito importantes. Sabemos que é impossível todos os Prefeitos (as) participarem de todas as mobilizações, porém ressalto que somente com a união de todos é que conseguiremos atingir nossos objetivos.

Como o senhor avalia a parceria com outras entidades, a exemplo a

“Somente conseguiremos atingir nossos objetivos se comungarmos dos mesmos ideais”

e assim atingirmos os objetivos comuns.

Uma novidade é que a APM passou a oferecer aos municípios paulistas o Diário Oficial Eletrônico. Fale um pouco sobre ele.

O Diário Oficial Eletrônico para os municípios é uma ferramenta que estamos disponibilizando a todos os nossos associados. Através dessa ferramenta todos os atos oficiais podem ser publicados via Internet, e possuem validade de publicação oficial, pois têm certificação digital. É uma

ferramenta que, além de agilizar os atos administrativos, traz muita economia aos cofres públicos, uma vez que seu custo é infinitamente inferior à publicação em jornal.

Também em 2010, os municípios receberam um prazo para se adequar à Lei da Transparência, que obriga a execução orçamentária em tempo real (online). Como foi o trabalho da APM na orientação dos procedimentos e prazos?

Este foi um dos temas debatidos no 11º CBTIM. De acordo com a Lei Complementar 131 de 27 de abril de 2009, os municípios acima de 100.000 habitantes tiveram um ano para tornar suas execuções orçamentárias online, ou seja, em tempo real. A partir de abril de 2011 os municípios entre 50.000 a 100.000 habitantes terão a mesma obrigação e a partir de abril de 2013 todos os municípios brasileiros terão a mesma obrigatoriedade. A principal penalidade para o município que não cumprir esta lei é que ficará impedido de formalizar convênios com os Governos Federal e Estadual.

Quais os planos para o próximo ano?

Teremos muito trabalho pela frente. Como já informamos, estamos procurando fortalecer nossa Entidade concludando a unidade de todos em torno dos nossos objetivos e estabelecendo parcerias para que nossos municípios tenham mais acesso às informações, para que possam através da Entidade encontrar soluções e, principalmente, através da APM lutarmos pelos nossos objetivos. ●



TAILOR MADE OUTSOURCING

Tecnologia GEMELO
feita sob-medida para
os seus negócios

Soluções criativas, que só quem domina todas as tecnologias pode oferecer. Independente de tendências, datacenters ou fabricantes, afinal, a nossa bandeira é a bandeira do cliente.

www.gemelo.com.br



gemelo
tecnologia sob medida

11º CBTIM ocorre pela primeira vez no interior e é sucesso

Por Daniela Bertoldo

Painéis

Foram três dias de palestras e debates sobre importantes temas de Tecnologia da Informação, com apresentação de modernas ferramentas existentes no mercado.

O 11º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios) foi realizado entre os dias 9 e 11 de novembro, no Itu Plaza Hotel (Itu/SP).

Com entrada franca, o evento reuniu prefeitos, vereadores, técnicos de TI, secretários e demais autoridades.

Esta foi a primeira vez que o CBTIM ocorreu no interior do Estado. Segundo o presidente da APM, Marcos Monti, a receptividade foi ótima e todos os patrocinadores e convidados gostaram da ideia. “Foi uma grata surpresa, pois tínhamos receio em tirar o evento da capital, mas não houve resistência”.

Para o prefeito de Itu, Herculano Castilho Passos Júnior, a mudança foi bastante positiva, visto que em São Paulo os participantes enfrentam dificuldades, como, por exemplo, o trânsito. “Para nós foi um desafio por ser a primeira vez fora de São Paulo. Todavia, foi muito mais tranquilo; a maioria dos prefeitos vem do interior e com certeza todos se sentiram bem à vontade”.

Segundo Herculano, Itu está acostumada a sediar grandes eventos, tendo uma ótima rede hoteleira, bons restaurantes, facilidade de acesso, entre outras características.

Quanto à importância do 11º CBTIM, o prefeito anfitrião enfatiza que todos os gestores e técnicos devem participar anualmente, pelo excelente conteúdo abordado. “Os municípios ganham muito com isso. Hoje, falar em tecnologia

para gestão municipal é fundamental”.

Durante os três dias do evento, foram discutidos temas como aspectos técnicos e jurídicos do Diário Oficial Eletrônico; Produtos e Serviços do Banco do Brasil para o Setor Público Municipal; Convergência IP; Software Livre e Padrões Abertos; Integração, Gestão e Administração Pública baseada em Tecnologia; Execução Orçamentária Online – Obrigações da LC 131; proposta de Cidade Digital; Vida Independente e Desenho Universal e AudeSP – um projeto de sucesso.

Confira nas próximas páginas um pouco do que foi abordado nos painéis.

Além do show room de ferramentas de gestão, o CBTIM prestou um serviço de utilidade pública, em parceria com a Secretaria de Saúde de Itu, oferecendo gratuitamente a todos os participantes a aferição de pressão arterial e teste de glicemia. ●





Solenidade de abertura do 11º CBTIM lota auditório

O primeiro dia do 11º CBTIM foi um sucesso. Mais de 500 pessoas estiveram presentes, lotando o auditório principal.

Diversas autoridades compuseram a mesa e fizeram o uso da palavra. O presidente da APM, Marcos Monti, abriu os discursos, destacando a importância de os municípios acompanharem as inovações tecnológicas e estarem atentos às legislações vigentes.

Como exemplo, citou o Projeto Audep (do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) e a Execução Orçamentária Online. Ambos os temas foram discutidos em palestras durante o 11º CBTIM.

De acordo com Marcos Monti, o principal objetivo deste evento é melhorar as administrações municipais, orientando e trazendo todas as novidades para que os municípios não sejam pegos

desprevenidos. "Mostramos aos municípios qual o melhor caminho para resolver os problemas dentro da legalidade".

O diretor da APM, Carlos Cruz, mestre de cerimônia do evento, ressaltou a importância do CBTIM, salientando que é um congresso técnico e político, onde são prestadas informações e serviços, com troca de ideias, informações e experiências.

Dando sequência à cerimônia, o prefeito de Itu, Herculano Castilho Passos Júnior, fez o uso da palavra, afirmando ser uma satisfação sediar esse Congresso, principalmente por ocorrer no interior pela primeira vez. "É uma honra e um prestígio muito grande. As ferramentas apresentadas aqui são de suma importância para uma gestão cada vez mais moderna e globalizada. Vamos sair com uma experiência melhor nesse Congresso".

Herculano também elogiou a atuação do presidente da APM. "AAPM está sendo muito bem chefiada pelo Marcos, que tem trabalhado incansavelmente para que a entidade cada vez mais se fortaleça e para que os municípios possam fazer uma gestão moderna, eficiente e com resultados para o munícipe".

Durante a solenidade, também fizeram o uso da palavra: representantes da Embratel, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, patrocinadores do 11º CBTIM.

Eles falaram sobre os investimentos em prestação de serviços e ofertas para atender as demandas dos municípios. "Os bancos têm disponibilidade de oferecer financiamentos para que os municípios possam adquirir máquinas e equipamentos, dentre outras parcerias", enfatizou o presidente da APM. (D.B.)



Diário Oficial Eletrônico: economia para o município que publica, transparência para o cidadão que navega

Os trabalhos do 11º CBTIM foram abertos com o painel Diário Oficial Eletrônico, ferramenta disponibilizada pela APM aos municípios paulistas, visando redução de custos, maior transparência e agilidade.

O diretor da Vox Tecnologia, Samuel Porto, apresentou os aspectos técnicos do Diário, destacando as vantagens e os procedimentos para sua implantação. "Por meio do Diário, tomamos os atos cada vez mais transparentes. Vamos atender o princípio da publicidade de uma forma plena e segura".

De acordo com Samuel, esse projeto já

está funcionando em 20 estados do Brasil, de norte a sul. "As publicações eletrônicas com certificação digital possuem a mesma validade jurídica que a publicação impressa. O Icp Brasil garante a autenticidade".

A APM criou uma resolução que explica todo o procedimento de implantação do Diário (documento pode ser acessado no site da Associação). "As publicações são feitas de segunda à sexta, até às 18 horas".

Durante o painel, o advogado Antonio Sergio Baptista, coordenador do Conselho Técnico da APM, falou sobre os aspectos

jurídicos desta ferramenta. "O Diário Oficial Eletrônico é um avanço notável. A estrutura de chaves do ICP Brasil foi criada por lei e dá a garantia das publicações oficiais feitas pelo diário", reafirma.

Sergio Baptista também divulgou Nota Técnica sobre Publicidade de Atos Oficiais (a íntegra encontra-se no site da APM). "Não conheço ninguém que vá procurar licitação em grandes jornais de circulação. Hoje em dia só se usa Internet. A evolução foi muito grande neste aspecto".

Para finalizar, esclareceu que o município tem direito legal de escolher a forma de divulgação de seus atos. "Fiquem tranquilos com relação ao aspecto jurídico constitucional do Diário Oficial Eletrônico. Pode-se adotar desde que seja previsto em lei municipal". (D.B.)

Banco do Brasil apresenta seus produtos e serviços no 11º CBTIM

No primeiro dia do 11º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios), ocorrido de 9 a 11 de novembro em ITU – SP e promovido pela Associação Paulista de Municípios, foi realizada palestra sobre os “Produtos e Serviços do Banco do Brasil para o Setor Público Municipal”. O conteúdo foi exposto pelo Superintendente Regional de Varejo e Governo de São Paulo do BB, Sergio Conti, e pelo gerente da Divisão de Banco e Comércio Eletrônico da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, Amauri Garcia Lellis Junior.

Conforme foi salientado, o Banco do Brasil possui a maior rede de atendimento especializado às prefeituras, com 30 agências e 72 plataformas. Entre os produtos e serviços disponíveis, o destaque ficou para o Licitações-e, um portal de comércio eletrônico que permite a realização de compras e contratação de serviços, de forma ágil e segura.

Foram citadas também algumas soluções disponíveis para facilitar a administração tributária: Arrecadação de Tributos Municipais, que auxilia no gerenciamento e controle do ingresso de recursos nas contas das prefeituras; Arrecadação da Dívida Ativa; BB Recebimentos e Arrecadação do Simples Nacional. Conforme foi informado na palestra, há mais de dois mil convênios de arrecadação municipal fechados com o BB.

Os palestrantes abordaram também algumas soluções para a captação de recursos, como o PMAT (Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos), BB Aquisição de Royalties e Créditos Governamentais, Caminho da Escola (financiamento de ônibus escolares) e Pro-

vias (Programa de Intervenções Viárias).

Para gerenciar e otimizar recursos, um dos serviços citados foi o autoatendimento ao setor público, que integra diversas soluções financeiras e transações bancárias em um ambiente único, facilitando o dia a dia da administração pública.

As opções abordadas na palestra representam parte dos serviços oferecidos pelo BB para apoiar os municípios em seu trabalho e contribuir para o desenvolvimento do País. Mais informações sobre as possibilidades disponíveis no Banco do Brasil para facilitar a vida do gestor público podem ser obtidas no site bb.com.br ●





Embratel leva tecnologia de ponta a todo o Brasil

As atividades do CBTIM prosseguiram na quarta-feira a todo o vapor. A primeira palestra foi sobre Convergência IP, ministrada pela Gerente Regional de Vendas Embratel de Campinas, Karin Camba de Almeida.

Karin mostrou exemplos do que é feito para atender os municípios, afirmando que a Embratel não mede esforços para superar os mais variados desafios e levar telefone e Internet aos lugares mais remotos. “Possuímos técnicos em todos os lugares, procurando sempre fazer ativação de todos os serviços. Conseguimos nos inserir no contexto global como grandes empresas promissoras e fomos a primeira patrocinadora da candidatura do Rio às Olimpíadas de 2016”.

Conforme destacou, a Embratel deseja atingir todos os níveis da cadeia de valor – desde o mercado residencial até a grande

empresa. “Temos uma moderna rede de IP, pioneira na utilização de muitos serviços. A Embratel tem como compromisso garantir a comunicação como direito de todos”.

Os objetivos principais da empresa, segundo Karin, são: inclusão digital, prática de trabalhos colaborativos e formação de redes de conhecimento. “A Embratel está presente em 10 dos 10 maiores bancos do Brasil, 10 das 10 maiores empresas do Brasil e em 100% das principais instituições financeiras brasileiras”.

Durante a apresentação foram também citadas as soluções de serviços integrados de Telefonia, Dados e Internet, as convergências em termos tecnológicos, além de facilidades de serviços como Rede Vip que provê bloqueio de chamadas, restrição de identificação de chamadas, identifi-

cador de chamadas (bina) e configuração multilinhas – de duas a oito linhas. (D.B.)



Caixa Federal ministra palestra sobre software livre e padrões abertos

“Software livre refere-se à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software, enquanto padrões abertos pressupõem as liberdades de acesso às especificações, o uso, adaptação e divulgação”, explicou o especialista em TI da Caixa Econômica Federal, José Carlos Gaspar, em palestra ministrada no 11º CBTIM, na quarta-feira, dia 10 de novembro.

Além da liberdade de executar o programa para qualquer propósito, os usuários do software podem estudar como o programa funciona e adaptá-lo a sua necessidade. “O acesso ao código-fonte é um pré-requisito para esta liberdade”, esclareceu.

Outras vantagens são: liberdade de redistribuir cópias, de modo que você possa ajudar seu próximo, aperfeiçoar o programa e liberar os seus aperfeiçoamentos para que toda a comunidade se beneficie.

Gaspar ressaltou a importância da utilização de padrões abertos, ponderando que nos padrões fechados existem muitos problemas, como exemplo: diferenças nas versões, despesas com atualizações, dependência de fornecedor único, incompatibilidade com o legado, perda do acervo histórico e problemas de interoperabilidade. “Temos que pensar em longo prazo. Hoje talvez o município não tenha essa necessidade, mas no futuro com certeza terá, pois estes padrões são universais. Se de uma hora para outra o município for obrigado a mudar e utilizar o padrão aberto, a mão de obra disponível no mercado terá que atender quantas demandas? Quanto será cobrado? Quanto vai custar?”, indagou.

Ainda segundo Gaspar, dos diversos



tipos de licença de software livre, dois são mais utilizados: GPL (General Public Licence), pela qual o usuário do software livre após fazer uma modificação somente poderá distribuí-lo sob a mesma licença; e a licença BSD (Berkeley Software Distribution), que permite ao usuário, uma vez efetuada a modificação, alterar o tipo de licença.

Durante palestra, falou sobre os organismos de normalização de padrões e padrões de documentos (exemplo de padrões fechados: doc, xls, ppt, mdb; exemplo de padrões abertos: xml, odf). Falou também sobre a visão institucional da Caixa, sua missão e importância. “A Caixa conta hoje com 81 mil empregados, 52 milhões de clientes e 37mil pontos de serviços. Sua

missão é atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro”, salientou.

O presidente da APM, Marcos Monti, enalteceu a parceria entre a Caixa e a APM, afirmando que a Caixa oferece diversos financiamentos aos municípios, na finalidade de aquisição de softwares, hardware e serviços de tecnologia, gerando grande economia para os municípios. “Os prefeitos podem procurar a Caixa para conhecer essas linhas de financiamento que, com certeza, ajudarão muito a Prefeitura. Além disso, é por meio da Caixa que muitos convênios de emendas parlamentares são assinados, com a sua supervisão”, concluiu. (D.B.)

Painel da OI apresenta as ferramentas de TI



A tarde de quarta-feira, dia 10, foi bastante movimentada. O público presente pôde conferir palestra sobre Integração, Gestão e Administração Pública baseada em Tecnologia, da OI Telefonica.

O diretor de Relações Institucionais da OI, Vicente Lima, e o gerente de mercado Corporativo, Luiz Castanha, apresentaram os trabalhos da OI

o perfil da empresa, sua história, os números e todos os investimentos que são feitos em infraestrutura em telecomunicações. "Temos várias políticas públicas; levamos banda larga gratuita para 46 mil escolas e mais de 54 milhões de alunos".

De acordo com Luiz, a OI está preparada para atender o órgão público, pois conhece as dificuldades e os pontos fundamentais. "É uma experiência muito grande. O gestor público mais do que nunca precisa entender como estão sendo aplicados os contratos e recursos".

A OI atua em todo o país e é líder em segmento de telefonia fixa, banda larga e a quarta colocada em telefonia móvel, segundo informações dos palestrantes. "Nos-

so mercado é de investimento constante. Estamos sempre investindo em cobertura".

Os palestrantes também falaram sobre o GIGA - Guia de Integração Gestão e Administração Pública baseada em tecnologia, que é um portfólio de soluções em tecnologia aplicadas ao governo. "Atuamos nas três principais verticais do governo: educação, saúde e segurança".

Outro projeto divulgado foi o "Pauta Eletrônica", que faz controle de frequência com aviso de sms para os responsáveis no caso de falta do aluno ou outros avisos da escola, promove a aproximação e melhora a informação da escola com os pais/responsáveis via celular, dentre outras funções.

A OI tem hoje mais de 62 milhões de clientes: 21,1 milhões em telefonia fixa, 36,6 milhões em telefonia móvel, 4,3 milhões em banda larga, 283 mil em TV por assinatura, 62,2 milhões de Unidades Geradoras de Receita, aproximadamente 30% do total de clientes no Brasil, 5,9 milhões de novos clientes só em 2009 e receita bruta consolidada de \$ 45,7 bilhões.

Até dezembro de 2009, a OI levou aces-

so à conexão de Internet de alta velocidade a 2.546 novos municípios, em 37.514 escolas públicas urbanas da esfera estadual e muni-





Execução Orçamentária Online: as obrigações da **LC 131**

A partir de 2011, os municípios que tiverem entre 50 mil a 100 mil habitantes terão que fazer a execução orçamentária online, cumprindo com a Lei da Transparência (Lei Complementar 131/09). Por meio desta lei, todas as receitas e despesas têm que ser divulgadas na internet de forma detalhada.

O assunto foi abordado durante o 11º CBTIM, no painel da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. O presidente da APM, Marcos Monti, abriu o painel enfatizando a importância de as prefeituras cumprirem com essa obrigação e prazos. "Uma das sanções é não assinar convênio com o Governo Federal. O CBTIM é justamente para isso: alertar os gestores e mostrar as ferramentas de gestão".

Os municípios com mais de 100.000 habitantes já cumprem com essa obrigação desde maio deste ano. No Estado de São Paulo, dos 645 municípios, 73 têm população acima de 100 mil habitantes. Para o ano de 2013, todos os municípios estarão obrigados.

Na opinião do agente fiscal de renda

da Fazenda, Sérgio Ricardo Ciavolih Mota, que ministrou palestra sobre o tema, esta é uma oportunidade para os municípios alinharem suas determinações legais (PPA/LDO/LOA) e fazerem uso efetivo do planejamento em governo. "Os gestores devem analisar o ambiente, a situação atual e as potencialidades. Feita a identificação inicial, o próximo passo é quais os objetivos e quais as ações, programas e iniciativas que precisam ser implementadas".

Nota fiscal eletrônica

A importância da Nota Fiscal Eletrônica, a evolução desse projeto e os benefícios para empresas, fisco, governo e sociedade, também foram debatidos durante o painel.

Newton Oller de Mello, agente fiscal de renda da Secretaria, anunciou que desde dezembro está obrigatório o uso da NF-e em todas as compras públicas, operações de comércio exterior e operações interestaduais. "Agora, as prefeituras

podem exigir a nota fiscal eletrônica de mercadorias em todas as suas compras".

Conforme destacou, a nota fiscal eletrônica não deve ser projeto isolado, mas parte fundamental da modernização tributária municipal. "A NFS-e não é mero projeto de TI e depende, para o seu sucesso, de planejamento, comunicação e consultoria especializada no negócio".

Números

Hoje, são mais de 360.000 empresas emitindo NF-e, mais de 1,6 bilhões NF-e autorizadas, mais de R\$ 40 trilhões em mercadorias documentadas por NF-e e 3 milhões de NF-e autorizadas por dia.

No caso da Prefeitura de São Paulo, são mais de 350 milhões de R\$ em créditos do IPTU distribuídos, mais de 397 milhões de documentos fiscais registrados no site, cerca de 180 mil estabelecimentos comerciais participantes e aumento de arrecadação de 17%. (D.B.)

Gemelo apresenta proposta Cidade mais que digital

Integrar as várias tecnologias e ofertas existentes no mercado e que possam ser utilizadas por empresas do governo para promover integração, acompanhamento de projetos e divulgação de trabalhos; agilizar o atendimento ao munícipe; maximizar o controle sobre os recursos do município e otimizar a segurança. Este é o projeto Cidade mais que digital, da Gemelo, apresentado pelo diretor presidente, Sidney Fabini, no 11º CBTIM.

Segundo Fabini, os principais objetivos são: ampliar e otimizar os serviços prestados ao cidadão; promover o vínculo social e a inclusão digital; reduzir custos de gestão e ampliar receitas dos serviços municipais; agilizar os processos e possibilitar a comunicação direta com órgãos municipais e aquecer as atividades políticas, culturais e econômicas.

Pioneira em SoD (Storage on Demand), a Gemelo possui hoje a maior infraestrutura compartilhada de armazenamento de dados da América Latina.

A Gemelo hoje disponibiliza soluções sob medida para BPO (Business

Process outsourcing) e ITO (Information Technology Outsourcing), proporcionando a base tecnológica necessária para que seus clientes concentrem os recursos e conhecimentos na evolução de seus negócios.

Durante o painel, o palestrante mostrou casos de sucesso, como a universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro (são 240 mil alunos conectados em rede) e o Banco Carrefour, com mais de 10 milhões de cartões de crédito private – ca-

sos onde a Gemelo provê 100% da infraestrutura, gestão, monitoração e suporte.

Fabini também falou sobre estrutura de rede, informando que a Rede Municipal conectará tele-centros, escolas, centros de saúde, bibliotecas, estabelecimentos de segurança pública, centros de cultura e outras instalações municipais. “A estrutura tráfegará os dados pertinentes ao município e conectará a Web nos prédios municipais, com alta segurança e disponibilidade”, ex-

plicou, afirmando que a banda será segmentada para utilização de telefonia VOIP e implementação de TV Municipal.

Segundo ele, a telefonia VOIP pode gerar economia de até 70% nos custos com ligações telefônicas e tende a substituir a telefonia tradicional em poucos anos.

Outro assunto abordado foi com relação à infraestrutura de acesso como serviço, com a disponibilização, aos colaboradores municipais, de notebooks ou desktops completos, com sistema Operacional, Planilha Eletrônica, Processador de texto, Conta de e-mail e backup online automático. (D.B.)





11º CBTIM: Cid Torquato fala sobre Vida Independente e Desenho Universal

O coordenador de Relações Institucionais da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Cid Torquato, ministrou palestra sobre Vida Independente e Desenho Universal, na quinta-feira.

Torquato emocionou a todos com suas palavras, ao falar das políticas de inclusão, direitos e cidadania. “Além das questões práticas, é importante falar dos conceitos, que balizam toda a questão da acessibilidade, seja no plano físico, arquitetônico, urbanístico ou de comunicação”.

A Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência tem dois anos e meio de criação e já possui uma lista incontável de serviços prestados e programas implantados, como o Desenho Universal. “Pessoas com deficiências têm necessidades es-

pecíficas que devem ser atendidas, mas temos cada vez mais que olhar o mundo de uma forma mais discursiva, acessível e usável para todo mundo”, afirma Torquato.

O palestrante falou sobre a Coordenação de Articulação Institucional de Políticas Públicas, afirmando que uma das tarefas é a articulação com os municípios para incentivá-los a criar estâncias municipais visando uma grande rede de interlocução entre Estado e municípios. “É muito importante que os municípios façam sua parte incorporando os decretos e conceitos”.

Dentre as principais ações, destacou a Rede Lucy Montoro, “talvez o maior esforço de inclusão da pessoa com deficiência, que coloca o estado de São Paulo numa posição de destaque”. Também enfatizou

o fórum de empregabilidade, vacinação para pessoas com Síndrome de Down e memorial da inclusão e valorização da educação inclusiva. “É muito importante que os municípios façam sua parte incorporando os decretos e conceitos”, acrescentou.

Sobre Tecnologia da Informação, salientou que existem equipamentos que facilitam a vida das pessoas, que vão desde uma muleta até as tecnologias digitais. “Temos batido bastante nesse tema – através de eventos como esse de TI -, de como inovar, produzir, incentivar o desenvolvimento da produção e, por fim, a distribuição disso no mercado. Temos tentado valorizar isso, inclusive com a criação a partir do próximo ano do Centro de Excelência de Tecnologia e Inovação – CETI-D”. (D.B.)

Palestra do Tribunal de Contas fecha programação

A última palestra do 11º CBTIM trouxe o tema Audeesp – um Projeto de Sucesso, ministrado pelo técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Maurício Queiroz de Castro. “Estamos aqui hoje para discutir planejamento, porque é essencial para uma boa execução da aplicação dos serviços públicos”.

O projeto Audeesp - Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos - é uma iniciativa do TCE no aperfeiçoamento do controle de gestão governamental que visa aprimorar os procedimentos de coleta de dados e informações dos órgãos fiscalizados. “Buscamos agilidade nos trabalhos, aumento da qualidade dos dados e o cumprimento da missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas com o máximo grau de eficiência e eficácia, em benefício da sociedade”.

Iniciado em meados de 2003, este projeto passou por várias fases, como o levantamento de problemas, coletas de sugestões, reuniões periódicas pesquisa do nível de informatização dos órgãos jurisdicionados.

Segundo Maurício, foi feito um intenso trabalho com empresas, para mostrar a necessidade de se implantar sistemas que abrangessem todas as fases da administração, com planejamento e controle. “No começo não havia esse sistema, mas hoje várias empresas se preocupam com isso. Felizmente, conseguimos convencê-los de que era necessário – hoje temos cerca de 50 empresas que atuam no Estado de São Paulo com sistema de contabilidade”.

Outro campo importante citado pelo

palestrante foi a transparência. “Visitávamos as empresas, íamos pessoalmente, elas iam até o Tribunal de Contas, para discutir com a gente a nossa proposta; fizemos parcerias com administrações públicas para que elas se desenvolvessem naquilo que a gente queria”.

O TCE trabalha agora com a terceira fase do Projeto Audeesp – recebem as informações, analisam e começarão a mostrar para a sociedade os números avaliados. “Queremos deixar transparente para a sociedade, pois é importante que a população acompanhe a fiscalização do Tribunal. Estamos no início dos primeiros passos e

já temos grandes êxitos. Padronizar dois mil órgãos públicos não é tarefa pequena”.

Conforme destacou, o caminho agora é eliminar o papel das negociações. “Vamos avançar por outros itens que pedimos papel, como contratos. É um outro passo a ser dado”.

Para finalizar transmitiu uma mensagem do dr Sergio Ciquera Rossi, diretor geral do TCE, de parceria efetiva do Tribunal para o êxito das administrações. “Queremos deixar claro que as portas do TCE estão abertas aos senhores – as nossas regionais não estão lá apenas para fiscalizá-los, mas para orientá-los”. (D.B.)





11º CBTIM termina com saldo positivo

Após o painel do Tribunal de Contas, o presidente da APM, Marcos Monti, deu início à solenidade de encerramento do 11º CBTIM.

Em seu discurso, fez um registro especial ao prefeito Herculano, afirmando que ele não mediu esforços para sediar o CBTIM. "Herculano se mostrou muito favorável e nos ajudou para trazer este evento para sua cidade, num ano muito especial, pois Itu completa 400 anos de sua fundação".

Destacou a importância da Tecnologia da Informação, dizendo que os municípios já avançaram muito nessa questão, uma vez que diversos gestores participaram desses eventos e perceberam a importância da TI. "Esperamos que cada vez mais a gente possa contribuir para que todos os prefeitos, secretários, diretores e os que trabalham nas prefeituras possam utilizar essas ferramentas e oferecer uma boa gestão".

Para finalizar, fez um apelo aos municípios para que continuem na luta municipalista, com suas reivindicações. "Temos

que lutar para resolver os problemas que afligem os municípios e que são difíceis".

Também anunciou o 55º Congresso Estadual de Municípios, que ocorrerá entre os dias 12 a 15 de abril de 2011.



"Guarujá, São Vicente e Serra Negra estão pleiteando para sediar o evento; até o final do mês devemos definir".

O prefeito de Itu em exercício, Josimar Ribeiro, agradeceu a APM por realizar o Congresso em Itu e parabenizou pelo conteúdo das palestras. "É a primeira vez que esse evento vem para o interior. Todos puderam conhecer um pouco de nossa cidade e estamos sempre de portas abertas", comentou o prefeito.

Após as explanações, houve sorteio de brindes (pen drives, impressora, celulares, mochila e netbook) aos participantes.

O 11º CBTIM terminou com saldo positivo, reunindo diversos prefeitos, secretários, vereadores e demais autoridades. Ao longo de três dias, os congressistas puderam acompanhar importantes palestras e conferir o Show Room de Ferramentas de Gestão, com as inovações tecnológicas existentes no mercado. (D.B.)

GALERIA DE FOTOS





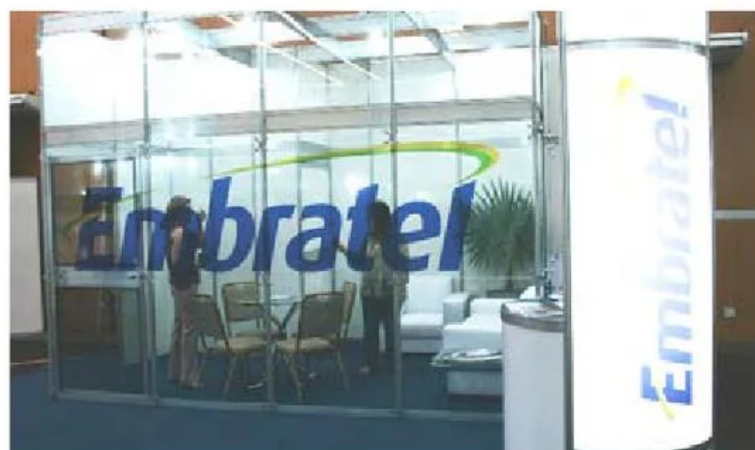
EXPOSITORES



Banco do Brasil



Caixa Econômica Federal



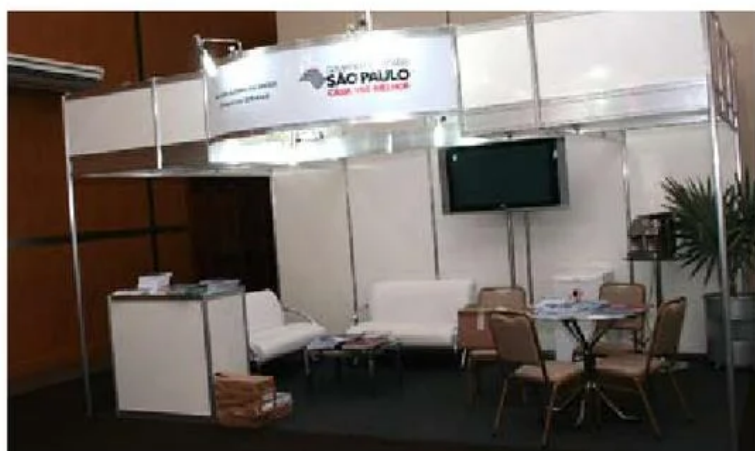
Embratel



Gemelo



Oi



Secretaria de Estado da Pessoa com Deficiência



CPQD



JME



CTGEO



VITAE Futurekids



ALLEN Informática



GAESI - FUSP



FACTI

Avisos de Homologações
Editais de Licitação
Leis e Decretos
Circulares
Despachos



Editais de Concurso Público
Relatórios de Gestão Fiscal
Atas do Conselho Municipal
Orçamentos Anuais
Aditivos a Contratos
Portarias e Resoluções
Convocações
Notificações
Pareceres
Deliberações

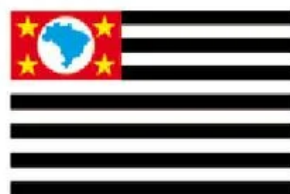
**Publique tudo
o que manda a
legislação, sem
limite de páginas.**



SIGPUB
Sistema Gerenciador
de Publicações Legais



**CERTIFICADO
DIGITAL**



DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Acesse: www.diariomunicipal.com.br/apm

Prezado(a) Prefeito(a),

A publicação dos atos legais da sua administração vai ficar mais rápida e econômica.

A APM tem a honra de apresentar em primeira mão o **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Trata-se de uma moderna ferramenta de publicação eletrônica, que atende todas as exigências legais de transparência na gestão pública.

Publique tudo o que manda a lei, sem limite de páginas, com total segurança e a mesma validade de uma publicação impressa.

Procure um representante da APM e faça sua adesão hoje mesmo. Para mais informações, ligue: (11) 2165-9999, E-mail: diariooficial@apaulista.org.br

Censo 2010: Tudo isto é Brasil

Iniciado em 1º de agosto de 2010, os 191 mil recenseadores percorreram 5.565 municípios brasileiros, realizando entrevistas em 56,5 milhões de domicílios. Após cerca de quatro meses de trabalho de coleta e supervisão, o resultado do Censo 2010 indica que somos 190.732.694 habitantes.

Em comparação com o Censo 2000, ocorreu um aumento de quase 21 milhões de pessoas. Esse número demonstra que o crescimento da população brasileira no período foi de 12,3%, inferior ao observado na década anterior (15,6% entre 1991 e 2000). O Censo 2010 mostra também que a população está mais urbanizada que há 10 anos: em 2000, 81% dos brasileiros viviam em áreas urbanas, agora são 84%.

A região Sudeste segue sendo a região mais populosa do Brasil, com mais de 80 milhões de pessoas. Entre 2000 e 2010, perderam participação as regiões Sudeste (de 42,8% para 42,1%), Nordeste (de 28,2% para 27,8%) e Sul (de 14,8% para 14,4%). Por outro lado, aumentaram seus percentuais de população as regiões Norte (de 7,6% para 8,3%) e Centro-Oeste (de 6,9% para 7,4%).

Entre as unidades da federação, São Paulo lidera com 41.252.160 pessoas. Por outro lado, Roraima é o estado menos populoso, com 451.227 pessoas. No ranking dos maiores municípios do país a capital paulista continua no topo superando os 11 milhões de habitantes, o estado de São Paulo também tem a menor cidade Borá com 805 pessoas.

Os resultados mostram que existem 96 homens para cada 100 mulheres, ou seja, existem mais 3,9 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil. Em 2000,

para cada 100 mulheres, havia 97 homens.

Entre os municípios, o que possui maior percentual de mulheres é Santos (SP) com 54% e com maior presença masculina está Balbinos (SP) 82%, sendo também esta

cidade a de maior crescimento do país, quase triplicando a população em dez anos. Este fenômeno se explica pela criação de um presídio masculino na região.

O Censo 2010 apurou ainda que ►



existiam 23.760 brasileiros com mais de 100 anos. Bahia é a unidade da federação a contar com mais brasileiros centenários (3.525), na sequência estão São Paulo (3.146) e Minas Gerais (2.597).

O Censo Demográfico compreendeu um levantamento exaustivo de todos os domicílios do país. Foram visitados milhões de domicílios e ao menos um morador forneceu informações sobre todos os moradores de cada residência.

A partir do dia 4 de novembro, o IBGE realizou um trabalho de supervisão e controle de qualidade de todo material coletado, em conjunto com as Comissões Censitárias Estaduais (CCE) e das Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGE) em todas as 27 Unidades da Federação e nos municípios brasileiros. As comissões funcionaram como um canal de comunicação entre o IBGE e a sociedade e participaram de todo o processo de realização do Censo.

Do total dos 67,6 milhões de residências cadastradas, foram classificados como fechados 901 mil domicílios, em que não foi possível realizar as entrevistas presenciais, mas havia evidências de que existiam moradores. Nesses casos, o IBGE utilizou uma metodologia para estimar o número de pessoas residentes nesses domicílios fechados. Esta é uma prática já adotada por institutos oficiais de estatísticas internacionais de países como Estados Unidos, Canadá, Austrália, México e Nova Zelândia. A metodologia consiste em atribuir a cada domicílio fechado o número de moradores de outro domicílio, que havia sido inicialmente considerado fechado e depois foi recenseado. A escolha foi aleatória, levando em conta a unidade da federação, o tamanho da população do município e a situação urbana ou rural.

O Censo Demográfico encontrou ainda 6,1 milhões domicílios vagos, ou seja, aqueles que não tinham morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, tivessem sido ocupados. Casas colocadas à venda (ou de aluguel) e aban-

donadas são exemplos de domicílios vagos. Os domicílios de uso ocasional, que somaram 3,9 milhões, são aqueles que servem ocasionalmente de moradia, usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim. Já o número de domicílios coletivos (hotéis, pensões, presídios, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, alojamento de trabalhadores, etc) foi de 110 mil.

Os primeiros resultados do Censo foram divulgados no dia 29 de novembro. Estes números apresentam um panorama do país, mas este quadro ainda não está completo. Ao longo de 2011, o IBGE irá divulgar dados mais abrangentes e aprofundados, abordando temas como: fluxo migratório, ocupação, religião, escolaridade e outros. ●

Todas as informações sobre o Censo 2010, bem como os resultados dos censos anteriores, estão publicados no site do IBGE no seguinte endereço:
www.ibge.gov.br.



ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL - O QUE HÁ DE NOVO

Por: Paulo Massaru Uesugi Sugiura*

1. Gestão Fiscal – Passos percorridos pelo TCE-SP- Implantação do projeto AUDESP: Uma década se passou da edição de um dos maiores instrumentos de controle da gestão fiscal – a Lei de Responsabilidade Fiscal, alicerce estruturante das finanças públicas do Brasil, que se não foi capaz de saldar com os compromissos fiscais existentes há mais tempo, a exemplo dos precatórios e do endividamento de longo e curto prazo, certamente evitou o vilipêndio ainda maior das regras de boa conduta da gestão orçamentário-financeira.

Motivado pelo comando declarado no seu artigo 59, §1º, o TCE-SP criou desde a sua edição, em 2000, procedimentos e ferramentas para instrumentalizar o acompanhamento dos pontos lá enumerados: previsão e arrecadação de receita, fixação e execução da despesa, resultado da execução orçamentário-financeira, metas de redução da dívida, receitas e despesas dos regimes próprios de previdência, limites das despesas com pessoal, alienação de ativos, operações de crédito e publicidade dos relatórios fiscais.

O balanço de todas essas ativida-

des foi registrado no documento “10 Anos da Lei de Responsabilidade Fiscal”, editado pelo TCE-SP, disponível no endereço <http://www.tce.sp.gov.br/arquivos/lrf/10-anos-de-lrf-2010-05-21.pdf>.

Um dos principais acontecimentos desta década em termos de inovação que merece destaque é a implantação do Projeto AUDESP – ferramenta que passou a operar em

orçamentário (PPA, LDO e LOA), da contabilidade e dos dados publicados de LRF, Ensino e Saúde, além das atas de audiências públicas relacionados aos temas citados.

Para a próxima etapa, em 2011, planeja-se receber a prestação de contas anuais, com destaque para o relatório de atividades que passa a ter um formato voltado para a prestação dos indicadores programáticos e das metas físicas das ações governamen-

tais planejados e executados no lugar do relatório de atividades tradicional, que

apenas sintetiza

os resultados de balanços e os principais feitos do governo sem informação se referidas atividades foram decorrentes de um processo de planejamento.

2. A preparação para uma nova realidade

– Auditoria Concomitante. A diretriz aqui é a seguinte: não é suficiente que toda a prestação jurisdicional do TCE-SP se esgote na análise posterior das contas e de determinados atos jurídicos negociais ou unilaterais, há um desejo de ir mais adiante, situação que passou a se



caráter obrigatório nos municípios paulistas (exceto a cidade de São Paulo, vinculada ao TCM-SP) a partir de 2008.

Em sua primeira fase, é o sistema responsável pelo recebimento e análise automatizada das informações do planejamento

tornar realidade com o sistema AUDESP.

A meta agora é desenvolver uma sistemática capaz de acompanhar a gestão dos atos em andamento baseada nos registros da execução orçamentário-financeira e propor recomendações para prevenir e corrigir eventuais erros detectados. O primeiro passo já foi dado com a criação de um grupo de estudos para análise da matéria e proposta de procedimentos.

Desta forma, erros que hoje ensejam recomendações ou são fatores determinantes de reprovações de contas poderão ser evitados ou corrigidos, por exemplo: a aplicação insuficiente dos

recursos do Fundeb com profissionais da educação básica; o fracionamento de modalidades licitatórias; a transparência inadequada decorrente de classificações contábeis registradas a título de “outras despesas” e não no elemento econômico correto.

Com base em métricas e médias de determinadas despesas comparadas de municípios com portes e características semelhantes, será possível detectar desvios e investigar a sua causa para subsidiar a proposta de solução ainda no exercício em andamento. Estas comparações servirão também para compor uma base de dados das administrações com bons resultados e boas práticas para conhecimento e utilização de outras instituições.

Outra questão a ser enfrentada será o desempenho da execução das políticas públicas com ênfase no resultado social dos programas de governo. Obviamente não é ponto de auditoria passível de ser enfrentado nos 644 municípios, mesmo porque na grande maioria os programas são voltados à manutenção administrativa, sem projetos ou investimentos ou pelo

fato de determinadas peças não possibilitaram aferição do ponto de vista social por desconhecimento da técnica correta.

Não é difícil encontrar em programas finalísticos a utilização de indicadores que impossibilitam a aferição do resultado social obtido, por exemplo, indicadores de programas informados com dados de metas físicas obtidas e não a medida do problema solucionado ou minimizado; assim sabe-se que

escolas ou postos de saúde foram construídos, mas não se sabe se tais ações concorreram para algum resultado social e em que proporção.

Em síntese, o que se pretende viabilizar é o

“O que se pretende viabilizar é o direito fundamental à boa administração pública”

direito fundamental à “Boa Administração Pública”, princípio trazido pelo jurista gaúcho Juarez Freitas, implícito no sistema jurídico de longa data. Este é um, dentre os vários compromissos estratégicos, que o TCE-SP assumirá com o povo paulista. De outra parte, é necessário que os gestores não se limitem apenas a cumprir os indicadores de ordem legal e passem também a planejar de forma transparente o objetivo social para o qual tais esforços foram canalizados. Esta será a contribuição que o TCE paulista planeja entregar na próxima década sob a insigne da qualidade fiscal. ●



**Paulo Massaru Uesugi Sugiura é advogado, diretor técnico de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e coordenador do Projeto de Auditoria Eletrônica de Contas Públicas.*

Página da História

Por Carlos Cruz

APM: 62 anos na luta municipalista

Desde sua fundação, em 1948, a APM – Associação Paulista de Municípios vem cumprindo seu papel de defender os interesses da causa municipalista em nosso Estado. As fotos abaixo retratam episódios diversos, em épocas e Diretorias distintas, mas todas agindo em defesa de nossas bandeiras.



Presidente Lula e Ministro Padilha recebem diretores da APM



Governador Serra recebe em audiência Diretoria da APM



Governador Alckmin recebe em audiência Diretoria e Conselho Deliberativo da APM



Diretoria da APM recebe visita dos Deputados Milton Monti e Arnaldo Faria de Sá



Senador Orestes Quécia em visita ao 19º Congresso de Municípios, em 1975

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO EM PEQUENOS MUNICÍPIOS

Por: Sérgio C. Angulo, Cláudia E. Teixeira, Camila M. Zeitune, Mauro Ruiz e Luiz C. Tanno
Pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

A resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) passou a exigir, a partir de 2004, a elaboração do plano integrado de gerenciamento de resíduos de construção e de demolição (RCD) para todos os municípios brasileiros¹. Uma das etapas para a elaboração desse plano envolve a realização de um diagnóstico no município. Esse diagnóstico identifica a geração de RCD, analisa os geradores e transportadores e estabelece o fluxo desses materiais e seus impactos ambientais e econômicos na cidade. A elaboração e implementação deste plano é de responsabilidade dos Municípios. No ano de 2005, o Ministério das Cidades, preocupado com a disseminação e com o cumprimento da resolução 307, publicou um manual visando orientar a implantação deste sistema de manejo nos municípios².

É fundamental estabelecer uma linha divisória dessas responsabilidades. Pequenos geradores que não conseguem recorrer às empresas coletoras privadas devem dispor de um serviço público de coleta, apoiado por uma rede de pontos de entrega voluntária (PEV). A ação dos grandes geradores privados deve ser regulamentada pelo poder público municipal, que assumem o compromisso de uso de transportadores cadastrados e áreas licenciadas de manejo, ambos aderentes ao plano de gerenciamento. O poder público fica responsável por oferecer condições para que o pequeno gerador possa destinar adequadamente seus resíduos.

No caso de pequenos municípios, empresas de demolição podem não existir.

Assim, não existe um grande gerador responsável por essa atividade, que na maioria das vezes é realizada informalmente. Esta é uma característica muito distinta da encontrada em grandes municípios. Nos municípios pequenos, os setores e os agentes envolvidos na geração geralmente são:

*Setor de construção, empresas legalizadas (grandes geradores), responsáveis pela geração de grandes volumes de resíduos (> 3 m³ de resíduo);

*Setor de ampliação/reforma, representado por pessoas que realizam ampliação ou reformas em residências já legalizadas, que podem ser tanto pequenos geradores (geração < 3 m³ de resíduo), quanto grandes geradores (geração > 3 m³ de resíduo).

Um estudo recente do IPT³ realizado na cidade de Novo Horizonte - SP demonstrou que as empresas construtoras não foram os principais agentes responsáveis pela geração de RCD (Figura 1a) naquele município. Grande parte do resíduo é gerada pelas ampliações e reformas residenciais, um setor informal da economia em que há pouca disponibilidade de dados e instrumentos legais que controlam esta atividade.

Associando-se o volume de RCD gerado ao respectivo agente, as pessoas físicas que executam grandes reformas (que

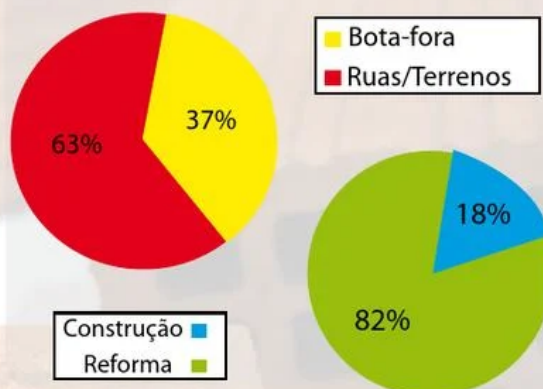


Figura 1 – Geração do RCD de acordo com a origem (a) e formas de disposição do RCD (b) no município de Novo Horizonte – SP.

geram volumes de RCD superiores a 3,0 m³) são os principais responsáveis pela geração de RCD no município pesquisado.

Neste caso, esses geradores não utilizam os transportadores por caçamba, que podem estar associados ao plano de gestão integrada municipal. Como consequência, encontra-se uma maior concentração de RCD disposta irregularmente em ruas e terrenos da cidade do que em um local de bota-fora específico (Figura 1b). Essa característica dificulta a percepção do problema ambiental causado por esse resíduo nos municípios. Neste caso específico, a geração de RCD per capita chegou a 360 kg/hab.ano.

Dados preliminares demonstram que apenas um ponto de entrega voluntária (PEV) seria suficiente para absorver 5 t/dia, geradas pelos pequenos geradores, referentes a um município de 36.000 habitan ▶

Tabela 1 – Geração de RCD (t/dia) em função dos agentes geradores e regiões do município.

Principais Regiões	Geração de RCD (t/dia)			
	Construtoras	Grandes	Pequenas Reformas	Total
A	0,8	8,9	1,0	10,8
B	1,9	3,3	0,6	5,9
C	4,6	0,3	0,4	5,3
F	0,4	4,3	0,4	5,1
G	0,1	5,7	0,2	6,1
Média das demais	0,1	1,4	0,2	1,7
Total (*)	8,8	36,8	4,5	50,1

(*) $Total = A + B + C + F + G + Média \cdot 10$

tes. A responsabilidade atribuída ao setor público não é grande, dependendo muito mais das ações que devem ser regulamentadas para os grandes geradores privados.

Neste aspecto, viabilizar uma usina de reciclagem é algo bastante importante. Uma ampla pesquisa realizada em pequenos municípios indicou que a maior dificuldade está na disponibilidade de recursos financeiros para a implantação dessas usinas⁴. Usinas de reciclagem podem custar cerca de R\$ 500 mil, para uma capacidade de produção de 15 t/h.

O autor citado menciona a importância dos consórcios municipais para viabilizar a reciclagem nesses municípios. O Estado de São Paulo, bem como outros estados brasileiros, são compostos em sua maioria por pequenos municípios que são parte fundamental para a disseminação da resolução CONAMA nº 307 no país.

despesas com energia durante a operação. O custo de uma unidade compatível com a demanda de um município de 36.000 habitantes é em torno de R\$ 170 mil, o que torna esta alternativa mais atrativa quando com-

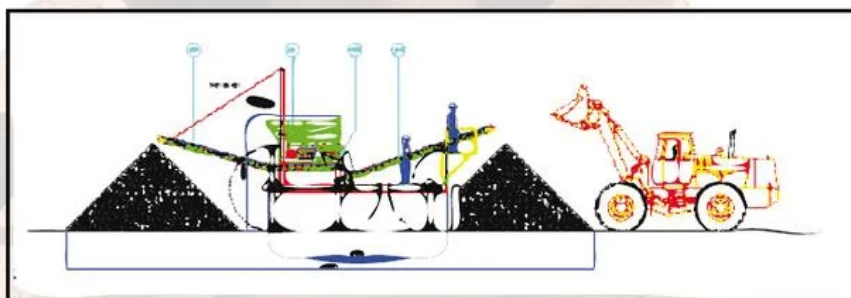


Figura 2 – Unidade de reciclagem de RCD que dispensa britagem

parada às usinas de reciclagem tradicionais.

O uso de tal tecnologia dá ênfase na etapa de descontaminação do material, mas depende das características do re-

síduo da região. O resíduo não deve ser composto por grandes estruturas de concreto armado, caso em que a britagem é fundamental para a redução da dimensão do resíduo e torná-lo viável para a aplicação na pavimentação. Dados recentes demonstram o uso promissor do RCD e solo local no revestimento primário de vias, o que vai no encontro da grande necessidade de material para construção e manutenção de estradas de terra no estado.

Finalmente, para que a resolução CONAMA nº 307 se dissemine no Brasil, é fundamental que os planos de gerenciamento integrado de RCD sejam implementados. É necessário um controle maior da geração dos agentes informais (reformas e auto-construção) e ações públicas específicas para orientar esse tipo de manejo. Dados os volumes de RCD gerados em pequenos municípios, o diagnóstico e operacionalização (decreto municipal, PEV e unidade de reciclagem) desse plano não é algo complexo

ou excessivamente oneroso. Existem alternativas simples para se viabilizar a reciclagem de RCD c o n s i -

derando as necessidades locais. Unidades de reciclagem podem ser viabilizadas através de consórcios municipais ou de tecnologias de baixo custo. ●

1. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 307. Brasília, 2002.

2. MINISTÉRIO DAS CIDADES (MC). Manejo e gestão de resíduos da construção civil: como implantar um sistema de manejo e gestão nos municípios. Editores: PINTO, T. P. et al. Volume 1. Brasília: CAIXA, 2005. 196 p.

3. INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Gerenciamento e Reciclagem dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD) na cidade de Novo Horizonte, SP. São Paulo: IPT, 2009. 95p. (Parecer Técnico 17 866 -301).

4. MARQUES NETO, J. C. Estudo da gestão municipal de resíduos de construção e demolição na bacia hidrográfica do Turvo Grande (UGRHI-15). 2009. 629 f. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos. 2009.

Bertioga torna-se marco do Programa Praia Acessível do Governo do Estado de São Paulo

Por: Assessoria de Imprensa Bertioga

“Estamos celebrando o valor da vida e o início de uma grande parceria que não tem limite para alcançar seu objetivo”. As palavras são da secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Linamara Rizzo Batistella, que participou do Encontro de Acessibilidade, realizado em Bertioga em junho, ocasião em que o Sesc formalizou parceria com a Prefeitura e Estado, aderindo ao Programa Praia Acessível.

Durante a solenidade, que reuniu mais de 300 pessoas, representantes de entidades, como o Lions e Rotary Clube, lojas maçônicas de Bertioga e Oscip Boracéia Viva, que já participam do programa na Cidade, assinaram o Termo de Compromisso com o Estado e Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos, formalizando a parceria.

Essa união de forças levou a secretária Linamara a afirmar que Bertioga se tornou um marco para o Praia Acessível, porque conseguiu trazer a sociedade civil para

dentro do programa, agregando a iniciativa privada e clubes de servir para ajudar na construção da verdadeira cidadania. “Isso nos mostra que com a junção de esforços é possível fazer a mudança de comportamento se tornar realidade”, salientou a secretária.

Em Bertioga, tudo começou em abril deste ano, quando a cidade recebeu 15 cadeiras anfíbias para implantar o ‘Praia Acessível’ no Município, desenvolvendo o projeto piloto com o Governo do Estado de São Paulo. Hoje, o programa está sendo realizado em diversos pontos do Município, com o apoio de entidades parceiras da Prefeitura de Bertioga.

A iniciativa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com o Município, disponibilizou cadeiras de rodas anfíbias à cidade, garantindo o pleno acesso das pessoas com deficiência às praias, oferecendo melhores condições de vida e cidadania.

Além de facilitar o acesso de pessoas

com mobilidade reduzida, idosos, cadeirantes e portadores de deficiências para o banho de mar assistido, o programa apresenta uma proposta mais abrangente, ou seja, um caráter visível de integração e inclusão social.

No Sesc, os serviços serão prestados diariamente, com o empréstimo de cinco cadeiras anfíbias atendendo a toda comunidade e turistas que estiverem na Cidade, das 9 às 16 horas, na Praia da Enseada, em frente à entidade. No local haverá monitores, já previamente treinados, que auxiliarão os assistidos oferecendo a eles condições de usufruírem da praia e do banho de mar com segurança.

A cadeira anfíbia pode ser utilizada com o acompanhamento facilitador ou acompanhante, independente da condição física do usuário. O equipamento possui rodas largas para evitar o afundamento na areia e dispõe de uma barra para auxiliar a movimentação na areia ou entrada e saída da água.

O superintendente técnico do ►



foto: Marcos Pertinhes - PMB



Sesc São Paulo, Joel Naymayer Pádula, que prestigiou o evento, disse que o Sesc sempre estará presente em novas experiências que facilitem o acesso das pessoas, e que todas as unidades dos Sesc têm equipamentos adaptados para garantir a segurança e o conforto para quem os utiliza. “É fundamental que pessoas e entidades envolvidas com essa causa aproveitem a oportunidade para participar do programa, que visa promover a inclusão social com dignidade, respeito e cidadania”.

O prefeito de Bertioga, José Mauro Dedemo Orlandini, comentou emocionado que “a segunda-feira será muito diferente depois desse dia histórico na cidade”, ao

se referir à participação da sociedade civil e clubes no Programa Praia Acessível. “Estamos investindo cada vez mais em acessibilidade e inclusão e já estamos colhendo bons frutos. Nossa Administração está preparando a Cidade para receber a todos sem diferenças”, afirma o prefeito, lembrando que o Sesc Bertioga, sempre presente nas questões municipais, é parceiro da Prefeitura para todas as horas”.

Já o secretário de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos, José Luiz Zuppani, ressaltou que mais essa parceria demonstra o compromisso da Administração Municipal em propiciar a inclusão e a acessibilidade a todos.

As palavras do secretário municipal são reforçadas pelo diretor de Assuntos Náuticos, o professor José Augusto Coelho Filho, lembrando ainda que Bertioga conquistou o direito de usar as cadeiras anfíbias graças ao prefeito, que fez da acessibilidade umas das prioridades de seu governo.

Depois da assinatura dos termos de compromisso pelas entidades com o Estado e Prefeitura de Bertioga, todos os presentes puderam assistir a demonstrações de goalball beach e vôlei adaptado. A programação seguiu à tarde com mesa redonda, que abordou o tema ‘Superando Limites’, realizada na Lanchonete do Sesc. Na sequência, no mesmo local, houve demonstração de dança adaptada.

Além dos já citados, participaram da cerimônia, o secretário estadual adjunto dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marco Antonio Pellegrini; a deputada estadual Célia Leão; o gerente do Sesc Bertioga, Marcos Laurenti; o presidente e o 1º secretário da Câmara Municipal e o vereadores; o governador-assistente do Rotary Clube Bertioga e Guarujá, Dinarte Vasquez Cevilhano; o presidente do Lions Clube Bertioga, Luis Fernando Bluhu; os representantes das três lojas maçônicas do Município, Gilberto Alves Godoy; e da Oscip Boracéia Viva, Erminio Araújo de Aguiar. ●

foto: Renata de Brito





CUIDADOS INDISPENSÁVEIS NA LICITAÇÃO DE TRANSPORTE

Prefeituras dos municípios do Estado de São Paulo costumam contratar o transporte coletivo privado, principalmente para facilitar o deslocamento de alunos, de pacientes para consultas médicas nos grandes centros, para atletas e para eventos. No entanto, alguns cuidados devem ser tomados para a licitação do serviço de transporte de pessoas por fretamento

Licitatar o serviço de transporte de pessoas não é das tarefas mais fáceis. Muitos são os requisitos que envolvem a atividade e, para segurança do licitante, devem constar nas exigências do edital. Dados sobre a tributação e a coerência de ramo de atividade demonstram a idoneidade da empresa licitante.

Para Regina Rocha, diretora executiva da FRESP - Federação das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo, esta é uma questão que tem levantado polêmica no setor de transporte profissional de pessoas e merece especial atenção dos licitantes, pois interfere diretamente no custo do serviço a ser prestado. "No passado, as empresas de

transporte, classificadas numa determinada faixa de faturamento anual, podiam optar pelo regime de tributação denominado Simples. Atualmente, pelas regras da Receita Federal, somente podem ser optantes do regime as empresas que realizam exclusivamente o transporte municipal. Outros deslocamentos, além da área do município, impedem que a transportadora seja optante do Simples Nacional", relembra.

Para deixar claro, a legislação atual vedou a participação no Simples Nacional, de microempresas ou de empresas de pequeno porte que prestem serviço de transporte de passageiros, exceto no âmbito estritamente municipal. O regime implica o recolhimento

mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; Contribuição para o PIS/Pasep; Contribuição para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica - INSS; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

As alíquotas desses impostos são ►



progressivas, variando de 6,0% a 14,42%, de acordo com a tabela de faturamento da empresa, mas são sempre mais benéficas do que aquelas praticadas para empresas não sujeitas a esse regime de tributação. “Adotar preços mais baixos por meio da evasão fiscal é uma prática que deve ser

“Adotar preços mais baixos por meio da evasão fiscal é uma prática que deve ser combatida”

combatida por todas as esferas de governo, até porque o município também será prejudicado pela diminuição de sua arrecadação ou de seus repasses”, analisa Regina.

No entanto, alerta a FRESP, que muitos contribuintes do setor de transporte de pessoas alteram seu ramo de atividade para locadora de veículos e, assim, beneficiam-se do regime do Simples Nacional. Essas empresas têm o intuito de burlar a lei, já que alugam ônibus e micro-ônibus supostamente dirigidos por profissionais autônomos.

Regina Rocha informa que as transportadoras por fretamento precisam recolher

taxas e impostos concernentes à categoria, ter profissionais contratados com carteira assinada e com treinamento constante de

direção, além de obter as devidas autorizações dos órgãos públicos que regulamentam e fiscalizam a atividade de transporte. A ausência de condições para obtenção dessas auto-

rizações é também um dos fatores que impulsionam essas chamadas “locadoras de veículos”, que na verdade realizam a atividade de transporte de passageiros, sem cumprir as determinações legais que visam garantir a segurança do usuário.

É comum que essas “pseudo-locadoras” terceirizem os serviços do motorista ou contratem profissionais autônomos para fugir aos trâmites da legislação trabalhista. O licitante deve atentar-se a mão-de-obra fornecida por empresas locadoras é dessa natureza ou se por cooperativas de serviços múltiplos.

Para a diretora da FRESP, “a segurança

jurídica é fundamental nessas contratações”.

Ela alerta também para a corresponsabilidade entre as prefeituras contratantes e as empresas contratadas na aplicação de todas as normas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente específicas para esse tipo de atividade. Afinal, o licitante não está locando um veículo, e sim, contratando um serviço de transporte de pessoas.

Regina recomenda a todos os setores responsáveis por analisar o custo do transporte que observem se não está ocorrendo nenhuma forma de evasão fiscal que garanta ao vencedor da licitação uma vantagem desleal e até criminosa.

A evasão fiscal está prevista e capitulada na Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/90).

Portanto, ao elaborar o edital para contratação de transporte, o licitante deve exigir que os participantes tenham o Código Nacional de Atividade Econômica compatível ao objeto da licitação. “No caso do transporte profissional de pessoas, é preciso analisar bem a documentação apresentada pelos participantes e confrontar esses dados para impedir práticas abusivas ao erário público”, ensina Regina Rocha, que também é advogada e bacharel em turismo. ►



O que não pode faltar no edital:

Especificar no objeto da licitação transporte de pessoas;
Especificar tipo de veículo (Ônibus ou Micro-ônibus) e acessórios;
Especificar idade máxima dos veículos;
Exigir comprovação da realização da inspeção veicular de segurança realizada pelo Poder Público que autoriza a atividade de transporte ou oficina credenciada pelo INMETRO ou ainda a relação de frota autorizada a operar emitida pelo Poder Público que autoriza a atividade de transporte;
Especificar quantidade de veículos, inclusive com frota reserva;
Especificar itinerário, origem/destino e frequência ou km/média/mês percorrida nos deslocamentos. A contratação pode ser por viagem ou por km rodado;
Vedar a participação no SIMPLES NACIONAL quando a licitação envolver transporte intermunicipal ou interestadual;
Exigir Seguro de Responsabilidade Civil;
Especificar quantidade de viagens ou quilometragem média rodada no mês.

De acordo com os deslocamentos a serem efetuados, exigir registro da empresa nos seguintes órgãos:

Secretaria Municipal de Transporte – Várias cidades já regulamentaram a atividade de fretamento e para explorá-la é necessário autorização do município (Ex. Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Americana, São Paulo etc.). Verificar junto a Secretaria de Transportes Municipal a existência ou não dessa exigência. Se houver a exigência mencionar no edital o documento correspondente que a empresa deve apresentar;

ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Quando o transporte for intermunicipal fora de região metropolitana;

Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, que delegou a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, a regulamentação e fiscalização do transporte por fretamento – Quando o transporte for dentro de municípios de uma região metropolitana do Estado;

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres - Quando o transporte for interestadual;

MINISTÉRIO DO TURISMO – Quando o transporte envolver deslocamento por motivo de turismo, esporte, lazer, religioso etc. A exigência do registro no Ministério do Turismo não supre os demais registros relativos à atividade de transporte acima mencionados. ●

Por: FRESP (www.fresp.org.br)

Federação das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo. Entidade sindical de grau superior, a FRESP foi criada em 1994, com o objetivo de agrupar, representar, coordenar, proteger e estimular o aprimoramento das atividades de transporte de passageiros por fretamento.

Jornalista responsável: Clarice Pereira (MTb 15.778). Contato: linkfresp@linkportal.com.br/
linkclaricepereira@linkportal.com.br

FILIE-SE À APM
TEL: (011) 2165-9999



PRECATÓRIOS VERSUS EMENDA 62: A POLÊMICA CONTINUA

Por Antonio Sergio Baptista*

A matéria não é pacífica. Em recente reunião realizada em Brasília e promovida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, presentes os representantes dos Tribunais de Justiça de todos os Estados, restou assentado que a opção pelo pagamento através da incidência de, no mínimo, 1% ou 1,5% sobre a receita corrente líquida, não afasta a exigibilidade de complementação daquele mínimo, quando o depósito resultante for inferior ao valor anual correspondente a 1/15 avos do montante de precatórios devido, aplicando-se, sucessivamente, o critério de divisão pelo número de anos faltantes, para completar o limite máximo de liquidação de todos os precatórios, ou seja, 15 anos.

Mas não é só! O Supremo Tribunal Federal está para julgar, a qualquer momento, a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI, proposta pelo Conselho Federal da OAB e outras entidades, tendo por objeto a declaração de inconstitucionalidade da Emenda 62, sendo oportuno salientar que o Procurador Geral da República já acostou ao processo parecer favorável à declaração de inconstitucionalidade da Emenda e suspensão da sua eficácia.

Trata-se, a toda evidência, de respeito ao instituto da segurança jurídica. Os devedores de precatórios estão sob constante ameaça, seja pela invasão de competência dos Tribunais de Justiça Estaduais e mesmo do CNJ, interpretando comandos constitucionais e usurpando competência originária privativa do Supremo Tribunal Fe-

deral, seja pela possibilidade de procedência daquela Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Os projetos de lei orçamentária dos entes federativos, Estados, Distrito Federal e Municípios, estão em fase de discussão nas respectivas casas legislativas e, por cautela, entendo que seria oportuno prever, ao menos, a diretriz posta pelo Conselho Nacional de Justiça, reservando dotação necessária para complementar os depósitos efetuados em valor inferior a 1/15 avos do montante de precatórios devido.

A polêmica dos precatórios, que já se arrasta desde a promulgação da Constituição de 88, que já foi objeto de tumultuada CPI do Congresso Nacional, parece não ter fim, prejudicando a todos, devedores, pela incerteza das interpretações e credores, pelo evidente atraso no recebimento do quanto lhes é devido. É preciso que o Supremo Tribunal Federal decida a questão, em definitivo, pacificando a matéria. Aguardemos! ●



* Antonio Sergio Baptista é advogado e especialista em Direito Público

**Soluções completas
de telefonia,
dados e internet.**

Embratel
empresas

Há 45 anos, a Embratel desenvolve soluções para empresas dos mais variados portes e segmentos, integrando comunicação de dados, voz e internet. Nossas soluções interligam seus escritórios, fábricas, fornecedores e parceiros no Brasil e no mundo, tornando sua comunicação mais simples, rápida, segura e econômica. Tudo para que o brasileiro possa se comunicar cada vez mais e melhor.

Embratel
pequena e média empresa

Via
Embratel
TV

Faz um **21**
Embratel

Livre
Embratel

NET
FONE
Embratel
O MUNDO É NOS NETS

Embratel

www.embratel.com.br

Brasão Domiciliar e Bandeira Municipal

Por: Jocélio Santiago Andrade*

Este é um dos grandes assuntos que, em nível municipal, fortalece a identidade de cada cidade e ajuda a construir o patrimônio cívico-cultural e educacional de cada cidadão presente por ser filho da terra ou até mesmo daqueles que estão a passar por seu município, seja a serviço, seja por motivo de turismo etc.

Neste artigo, pretendo fazer um apanhado geral de Heráldica Domiciliar e Vexilologia, explicando o que é brasão, seus principais elementos armoriais e Vexilologia. Sou autor do Projeto de Revitalização da Bandeira e do Brasão de dois Municípios brasileiros: Itapetinga e Ipororó, ambos no Estado da Bahia, e acredito que este tema seja de suma importância para todos os municípios.

Para cada município deve haver somente um brasão domiciliar e uma bandeira municipal;

há municípios que contrariam esta regra.

A Heráldica domiciliar trata da criação, revitalização (manutenção) dos brasões de armas das cidades ou brasões domiciliares. Em sentido restrito, brasão domiciliar refere-se somente à descrição do desenho inserido em um escudo de armas. Porém, em sentido lato, pode designar-se como a descrição dos principais elementos armoriais: escudo (em suas formas, partes, partições, repartições, esmaltes/cores, metais e peles), coroa mural (tipos e esmaltes), apoios (apoios, suportes, tenentes e sóstenes) e, por fim, listel carregado com o nome da cidade detentora do brasão, as datas máximas no formato arábico, e não romano, contendo às suas esquerdas as letras F, V e E de forma sobrescritas e maiúsculas e ainda o lema e divisa da cidade

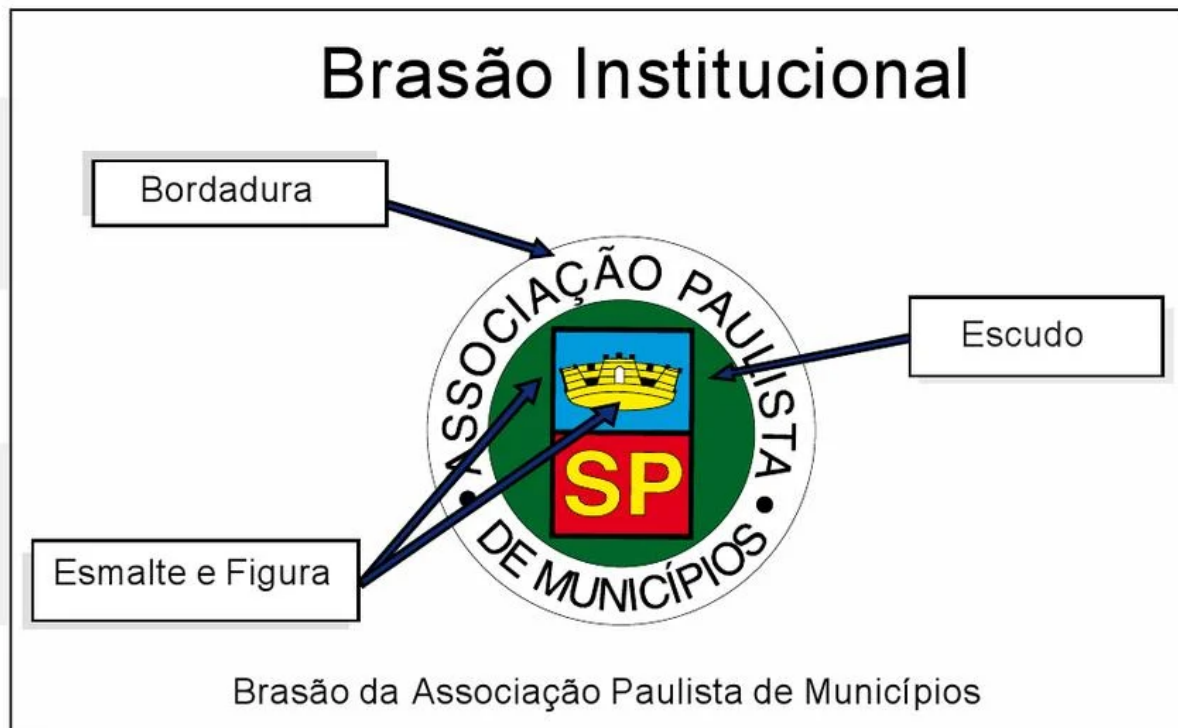
- estes últimos deverão ser escritos em latim, em caixa alta e a cor do listel predominante será a mesma do campo do escudo.

Já a Vexilologia trata das bandeiras, sejam elas nacional, estadual e municipal. Elas devem ter um campo, em formatos universais: quadrado, retangular, triangular; esse conterá uma única cor ou várias cores distribuídas de forma: cortada, partida, fendida, talhada, esquartelada, sextavada, oitavada e terciada; ainda fará parte do campo uma figura geométrica, à tralha ou no centro, carregada, somente com o brasão municipal, em suas cores e mais nada.

E como é previsto na última lei da Heráldica: "um brasão deve ser regular, simples e completo". Lembremos que há seis leis na ciência responsável pela construção e manutenção dos brasões. E em Vexilologia

teremos com princípios: Simplicidade: a bandeira deverá ser tão simples que permita a uma criança desenhá-la de memória; Simbolismo: as imagens, cores e padrões da bandeira deverão relacionar-se diretamente com aquilo que ela simboliza; Limitar o número de cores: utilizar 2 ou 3 cores no máximo, escolhendo cores básicas e contrastantes entre si; Evitar legendas ou emblemas: evitar colocar na bandeira legen- ►

Brasão Institucional



das ou emblemas complexos e Distintividade: criar um desenho distintivo, que não se confunda com o de outras bandeiras.

Assim, as Normas e Princípios que regem a construção, manutenção/revitalização dos brasões domiciliares e bandeiras municipais são encontradas, respectivamente, na Heráldica domiciliar e na Vexilologia.

Infelizmente, no Brasil algumas ou quase todas as leis heráldicas e princípios vexilológicos têm sido deixados de lado na construção, manutenção e/ou revitalização de brasões domiciliares e bandeiras municipais. Os motivos são os mais diversos, por parte de quem manda desenhar, de quem os desenha ou ainda daqueles que têm a obrigação e o dever de conhecer, entender, divulgar e defender os seus símbolos máximos, são eles:

a) Desconhecimento sobre os assuntos: Heráldica domiciliar e Vexilologia; falta de onde buscar e a quem buscar as informações corretas. Seria no mínimo interessante que cada Prefeitura ou Estado tivesse uma Seção de Heráldica e Vexilologia com um profissional concursado que domine os assuntos;

b) Resistência em querer mudar o existente: pra quer mudar? Tá bom assim! Lembremos que criação ou revitalização do já existente cabe consulta à sociedade, somente, através de seus representantes que fazem parte da Comissão Municipal de Criação ou Revitalização da Bandeira e do Brasão Domiciliar do Município Tal, pois, de uma maneira geral, o conhecimento envolvido é técnico e restrito a um profissional com experiência. Logo, essa comissão devidamente assessorada saberá que tipo de coroa mural e qual o seu esmalte para uma cidade sede estadual, sede municipal sendo essa sede ou não da comarca, vila, aldeia e ou povoado? Saberá que escudo deverá ser como parte principal do brasão? Saberá que apoios, suportes, sóstenes e tenentes caso haja deve haver? Saberá também o que deve conter no listel de um brasão domiciliar? Bem como fazer a leitura heráldica correta para que esta seja

à base do texto da nova lei que trate sobre o assunto;

c) Não é prioridade de algumas administrações locais e os custos são razoáveis, pois todo trabalho técnico requer valor a altura; lembremos que História não tem preço e o que está sendo feito ou o que se pretende fazer seja através de uma revitalização, ou até mesmo de uma criação de símbolos, isso tudo envolverá História, com fatos históricos, ou seja, momentos ímpares na vida de cada cidade e cidadão;

d) E por fim, às vezes por relaxismo e desinteresse, pois ressaltamos que não dá votos e não é interessante para alguns;

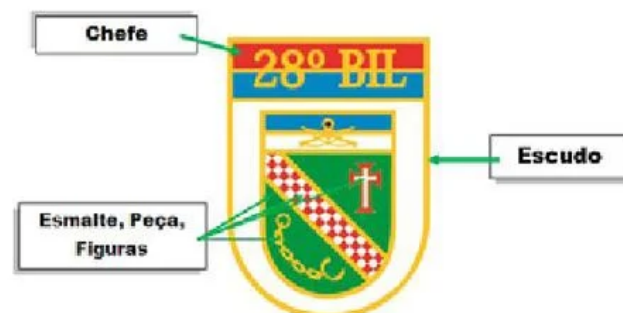
Ainda bem, que nem todo município procede assim, pois muitos Brasil a fora fazem sua tarefa de casa e muito bem feita por sinal: conhecendo, entendendo, divulgando e defendendo os seus símbolos máximos, através da correta construção e manutenção de sua bandeira e brasão. Por fim, cabe a você, munícipe brasileiro, ou ainda as administrações municipais e estaduais saberem como estão aqueles que os representam, de maneira máxima, em todos os seus atos escritos e de forma solene em atividades cívico-militares seja na alegria ou em momentos de luto. ●

Brasão Domiciliar



Brasão Domiciliar de Campinas-SP

Brasão Militar

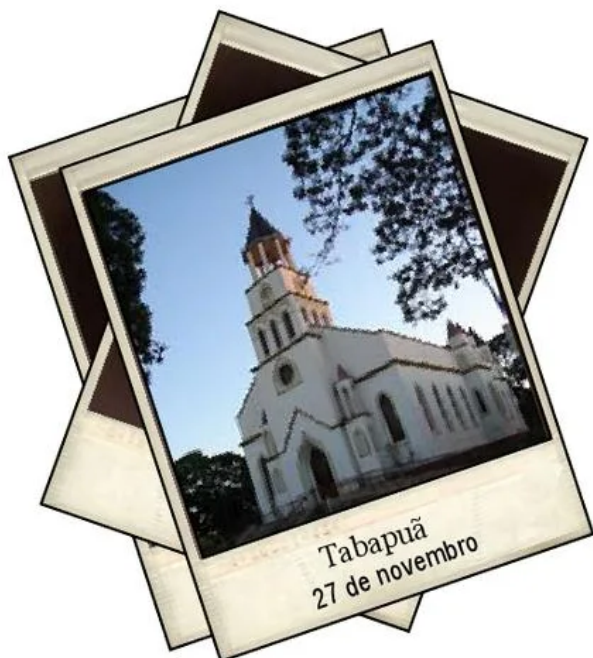
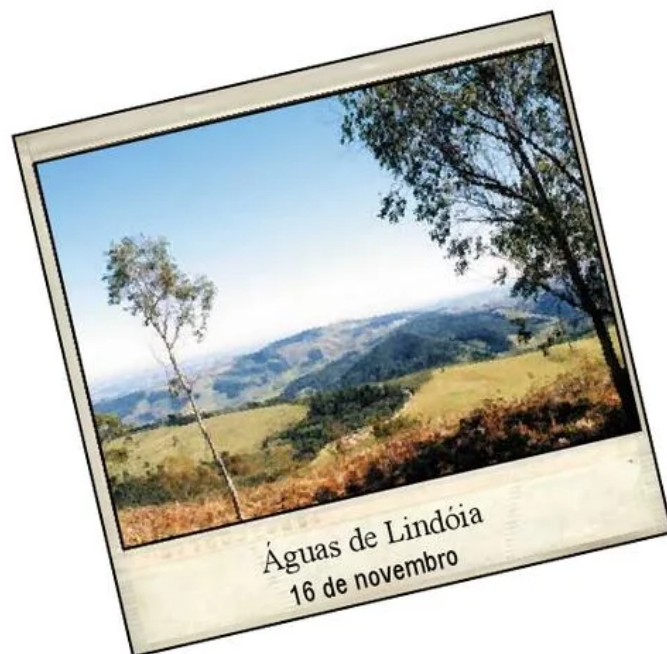


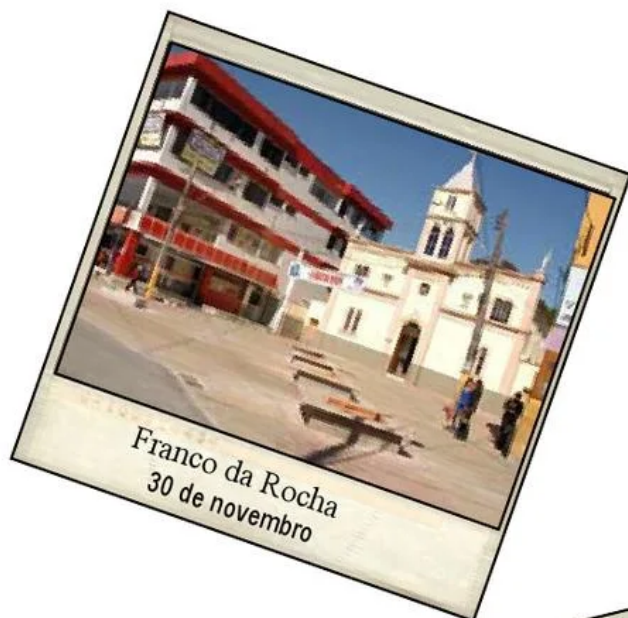
Brasão Militar do 28º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE
28º BIL - Batalhão Henrique Dias/Campinas



*Jocélio Santiago Andrade é autodidata e especialista em Heráldica domiciliar e Vexilologia. Funcionário Federal do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro, servido no 28º Batalhão de Infantaria Leve – Batalhão Henrique Dias, no cargo de 1º Sargento, cidade de Campinas-SP. Contato: jocelioandrade@gmail.com

MÊS DE **NOVEMBRO**





DEMAIS MUNICÍPIOS ANIVERSARIANTES

Adolfo	30	Ibirarema	30	Paulo de Faria	30
Alvares Machado	30	Irapuã	30	Piacatu	08
Alvaro de Carvalho	22	Itaoca	19	Pilar do Sul	05
Auriflama	20	Itapetininga	05	Promissão	29
Bálsamo	17	Itatiba	01	Quintana	30
Bilac	18	Jundiaí	14	Registro	30
Cosmópolis	30	Lagoinha	23	Rosana	05
Echaporã	30	Lorena	14	Sales	30
Espírito Santo do Turvo	05	Lutécia	30	Santana do Parnaíba	14
Franca	28	Manduri	30	Santo Anastácio	19
Gabriel Monteiro	03	Miracatu	30	São Carlos	04
Guaimbé	08	Mirante do Paranapanema	29	São Sebastião da Gramma	04
Guaraci	30	Monte Castelo	22	Serra Azul	14
Guataporã	05	Nazaré Paulista	21	Tremembé	26
Herculândia	30	Oriente	30		

MÊS DE DEZEMBRO





DEMAIS MUNICÍPIOS ANIVERSARIANTES

Araçatuba	02	Guaíçara	13	Presidente Alves	02
Avaí	02	Guararapes	08	Rifaina	24
Avanhandava	29	Guarujos	08	Riversul	24
Barrinha	30	Icem	30	Salto Grande	30
Birigui	08	Igaratá	30	Santa Cruz da Esperança	27
Brejo Alegre	30	Iguape	03	Santa Lúcia	31
Cabrália Paulista	24	Indaiatuba	09	Sertãozinho	19
Caiabu	30	Ipiguá	30	Sete Barras	05
Caieiras	14	Jandira	08	Tapiratiba	18
Charqueada	30	Lupércio	30	Taubaté	27
Chavantes	04	Mariápolis	08	Trabiju	05
Conchas	04	Mauá	08	Vargem	27
Diadema	08	Mendonça	08	Vargem Grande Paulista	30
Divinolândia	30	Nova Castilho	08		08
Dracena	08	Nova Europa	30		
Duartina	11	Palmares Paulista	08		
Espírito Santo do Pinhal	27	Palmeira D' Oeste	13		
Flórina	30	Parapuã	08		
Glicério	30	Platina	30		

Atividades da APM



APM participa de Feira do Empreendedor do Sebrae

O estande da APM teve movimento intenso durante a Feira do Empreendedor, promovida pelo Sebrae de 17 a 20 de novembro, no Expo Center Norte/SP.

Este é um dos principais eventos voltados ao empreendedorismo no Brasil e um dos de maior sucesso promovido pelo Sebrae em âmbito nacional.

O presidente da APM, Marcos Monti, ressalta que a Associação apoia iniciativas como esta, que estimulam o empreendedorismo sustentável e orientam e capacitam micro e pequenas empresas. “Também é louvável a iniciativa do Sebrae com o prê-

mio Prefeito Empreendedor, que homenageia os gestores que tenham implantado projetos de estímulo às empresas”, salienta.

Nos quatro dias de Feira, a APM mostrou um pouco de sua história e apresentou seus serviços.

Marcos Monti participou da solenidade de abertura (17), ao lado do secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, do prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, do presidente do Sebrae nacional Paulo Okamoto, do superintendente do Sebrae São Paulo Ricardo Tortorella, entre outras autoridades.



Presidente da APM realiza reunião com diretoria

Diversos assuntos importantes, como o 11º CBTIM - que ocorreu em Itu - e os preparativos para o 55º Congresso Estadual de Municípios, foram discutidos em reunião da diretoria da APM, no dia 21 de outubro.

A prefeita do Guarujá, Maria Antonieta de Brito, esteve presente e se mostrou novamente interessada em sediar este evento. “O Congresso é de suma importância para a baixada santista e gostaríamos muito de ter vocês conosco”, afirmou a prefeita. A APM montará uma comissão para definir local, data e outras pendências relacionadas ao Congresso.

Marcos Monti chamou a atenção dos

prefeitos para a lei que dispõe sobre a execução orçamentária online: a partir do próximo ano, a obrigação será para os municípios de 50.000 a 100.000 habitantes. “Daqui dois anos, todas as prefeituras brasileiras terão que fazer esse procedimento online. Por isso, os gestores devem começar a ir atrás”.

Outros assuntos discutidos foram: Diário Oficial Eletrônico, análise do parecer do Conselho Fiscal relativo às contas de 2009, indicação dos membros para Diretoria Administrativa, análise de propostas de parcerias, Pacto Federativo, dentre outros temas ligados ao municipalismo.

APM prestigia encontro da APRECESP

A APM esteve presente na 4ª reunião ordinária de Prefeitos da APRECESP – Associação das Prefeituras de Cidades Estância do Estado de São Paulo, composta por 67 municípios -, no dia 16 de outubro.

O evento foi realizado na Estância Balneária de Ilhabela, contando com a presença da diretoria da APRECESP, entre outras autoridades.

Samuel Porto, diretor comercial da VOX Soluções Tecnológicas, ministrou palestra sobre o Diário Oficial Eletrônico, representando a APM.

No dia 15 de outubro, Samuel também esteve na sede do Codivap (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba), em Taubaté, para apresentar o Diário Eletrônico e buscar parcerias, a fim de que haja um trabalho conjunto da APM com as entidades regionais.

Na semana seguinte, visitou a sede da AMA (Associação dos Municípios da Araraquarense) e alguns municípios da região de São José do Rio Preto.





Homenagens e palestra com **Dra Rosmary Correa** marcam evento da AVESP

A importância do Conselho Estadual da Condição Feminina, tipos de violência contra a mulher e problemas de drogas nas famílias foram alguns dos assuntos tratados pela delegada Rosmary Correa, em palestra ministrada na sede da APM, no dia 1º de novembro.

O evento foi promovido pela AVESP – Associação das Vereadoras do Estado de São Paulo – em parceria com a APM.

Dra Rose, como é conhecida, é presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), gestora do Pacto contra a Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo e ex-deputada estadual.

Em sua palestra, discorreu sobre o Conselho Estadual da Condição Feminina, desde sua criação até os dias atuais, explicando que o principal objetivo é fiscalizar e propor soluções. “Nós conscientizamos a mulher de que apanhar não é normal e mostramos ao homem que bater na mulher é crime”.

Durante o evento, a AVESP prestou homenagens pelas seguintes datas comemorativas: “Dia da Professora de Educação Física” (1), “Dia da Florista” (2); “Dia da Administradora de Empresas” (9); “Dia da Médica Veterinária” (9); “Dia da Imprensa” (10) e “Dia da Secretária” (30). Ao término, foi servido um coquetel aos presentes.

Presidente da APM participa de Mobilização pela EC29

O presidente da APM, Marcos Monti, acompanhou de perto a mobilização pela regulamentação da Emenda 29 – que trata do financiamento da saúde pública no País – e a distribuição dos royalties do pré-sal. A mobilização foi organizada pela CNM, em parceria com a APM e de-

mais entidades municipalistas, em agosto.

O primeiro dia da mobilização, que contou com a presença de mais de 150 gestores, terminou sem votações. No segundo dia, prefeitos, secretários de saúde e vereadores voltam a ocupar os salões da Câmara para reivindicar mais recursos para a Saúde.

Presidente da APM ministra palestra em Workshop da Oficina Municipal

O workshop “O trabalho da Oficina Municipal em parceria com a Fundação”, realizado no dia 23 de agosto, em São Paulo, teve saldo positivo.

Estiveram presentes no evento: o diretor da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Peter Fischer-Bollin; o diretor Executivo da Oficina Municipal, José Mario Brasiliense Carneiro; o avaliador da Fundação, Günter Dill, doutor em Ciência Política pela Universidade de Mainz; o presidente da APM, Marcos Monti; o advogado Wladimir Ribeiro, especialista em Consórcios Intermunicipais e Federalismo; o presidente da UVESP – União dos Vereadores do Estado de São Paulo – Sebastião Misiara; e o ex-prefeito de Itapeverica da Serra e ex-subprefeito de M’Boi Mirim (SP), Lacir Balduino.

Marcos Monti e dr Wladimir fizeram uma avaliação sobre a Oficina Municipal e os trabalhos da Fundação Konrad Adenauer, discutindo o federalismo brasileiro. Eles abordaram assuntos como gestão municipal, regionalização, consórcios públicos, regiões metropolitanas e a urgente necessidade da reforma do Pacto Federativo, que dará mais autonomia financeira aos municípios.



APM e AVESP promovem encontro com autoridades italianas

Mais de 30 pessoas estiveram presentes no encontro com autoridades italianas, promovido pela AVESP (Associação das Vereadoras do Estado de São Paulo), em parceria com a APM, na tarde do dia 4 de agosto.

O evento reuniu profissionais de diversas áreas, em sua maioria vereadoras, representando os municípios de São Paulo, Jundiaí, Roseira, Potim, Cachoeira Paulista, Vinhedo, Leme, Limeira, Guataporá, Rincão, Caieiras, Rio Claro, dentre outras cidades do estado de São Paulo.

A abertura foi feita pela presidente da AVESP e presidente do Conselho Deliberativo da APM, Marilene Mariottoni. O primeiro a palestrar foi Dr. Augusto Bellon, diretor do setor escolar do consulado geral da Itália em São Paulo.

Em seguida, o presidente da APM, Marcos Monti, fez o uso da palavra, en-

fatizando que a APM luta por seus ideais - que é o fortalecimento dos municípios - e que está sempre de portas abertas a todos que comungam desses ideais.

Após explanação do presidente da APM, os participantes puderam conferir palestra com Dr. Claudio D'Agostini, adido cultural do Instituto Italiano de Cultura.

Ao longo do dia, foram debatidos assuntos como a importância do ensino da língua italiana nas escolas municipais e

a viabilização de intercâmbios culturais, educacionais e comerciais com a Itália.

Também foram feitas homenagens em razão datas comemorativas de agosto: Dia da Economista (13), Dia do Cônsul (6), Dia da Advogada (11), Dia da Hoteleira (11), Dia da Corretora de Imóveis (27), Dia da Psicóloga (27) e Dia da Nutricionista (31). Os homenageados receberam uma placa de menção honrosa. O encontro foi encerrado com uma confraternização entre os participantes.



Presidente da APM fala sobre Cidade Digital

O presidente da APM, Marcos Monti, participou do evento "Cadeia Logística Segura e Cidades Digitais", promovido pela GAESI – Gestão em Automação e TI - nos dias 23 e 24 de junho, no Espaço América Hall, no Morumbi/SP.

Marcos Monti ministrou palestra sobre Cidades Digitais, abordando a questão da Tecnologia da Informação nos municípios paulistas e as dificuldades encontradas.

Conforme destacou, o Estado de São Paulo é o mais rico e mais desenvolvido da nossa federação, mas ainda há muitos municípios que não possuem uma página na web. "Segundo levantamento da Secretaria de Gestão, pouco mais de 400 municípios solicitaram do governo do Estado a extensão '.gov.br'. Temos aí quase 200 municípios sem um portal na Internet".

Marcos Monti afirmou que a APM trabalha no sentido de mostrar ao gestor público a importância da integração desses sistemas, para que ele tenha uma boa administração.

"Estou sempre à disposição para que se possa levar esse tema aos municípios paulistas e quebrar diversos paradigmas para que as prefeituras se utilizem dessas ferramentas".



APM lança livro sobre Saneamento

Cumprindo com a finalidade de orientar os gestores públicos das melhores práticas, a APM lançou um livro sobre as legislações do Saneamento, durante o se-



minário "Os Municípios e a contratação de serviços públicos de Saneamento Básico".

O seminário foi realizado pela APM em junho, no Novotel Jaragua/SP. A abertura foi feita pelo presidente da APM, Marcos Monti. A primeira palestra foi ministrada por Wladi-

mir Antonio Ribeiro, advogado e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, o qual avaliou o valor dos investimentos da Sabesp, falou sobre a proposta da Arsesp e a posição da APM.

Em seguida, o público conferiu palestra do coordenador do Conselho Técnico da APM, o advogado Antonio Sergio Baptista, com o tema "Procedimento e manifestação de interesse: uma

boa novidade para os Municípios".

O ex-diretor de Meio Ambiente e Agricultura de Itatiba, eng. Paulo Cruz Martins Junqueira, discorreu sobre a experiência do município de Itatiba e considerou não recomendável assinatura de contrato com servi-

ço de água e esgoto sem contrato licitatório.

A última explanação foi feita por César Tavares, mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra Portugal, assessor jurídico do município de Piedade e professor da faculdade de Direito de Sorocaba. César falou sobre o município de Piedade, mostrou as dificuldades e abordou a questão do PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse.



Presidente do Conselho Deliberativo da APM recebe homenagem na Assembleia Legislativa

A presidenta do Conselho Deliberativo da APM e presidenta da AVESP (Associação das Vereadoras do Estado de São Paulo), Marilene Mariotoni, foi homenageada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), no dia 31 de maio. Marilene e outras personalidades receberam o troféu Loba Romana por trabalhos realizados junto à comunidade italiana.

Mais de mil pessoas estiveram presentes no evento, que faz parte das comemorações do Dia da Comunidade Ítalo-Brasileira (dia 2 de junho é o Dia Nacional da Itália) e é organizado pelo Deputado Estadual Vitor Sapienza, que presidiu a sessão solene.

O troféu Loba romana é elaborado em bronze, com pedestal em mármore, que

retrata uma loba amamentando os órfãos Rômulo e Remo, que tem um significado especial para a comunidade italiana.



Acompanhe as notícias da APM em tempo real

Website

www.apaulista.org.br

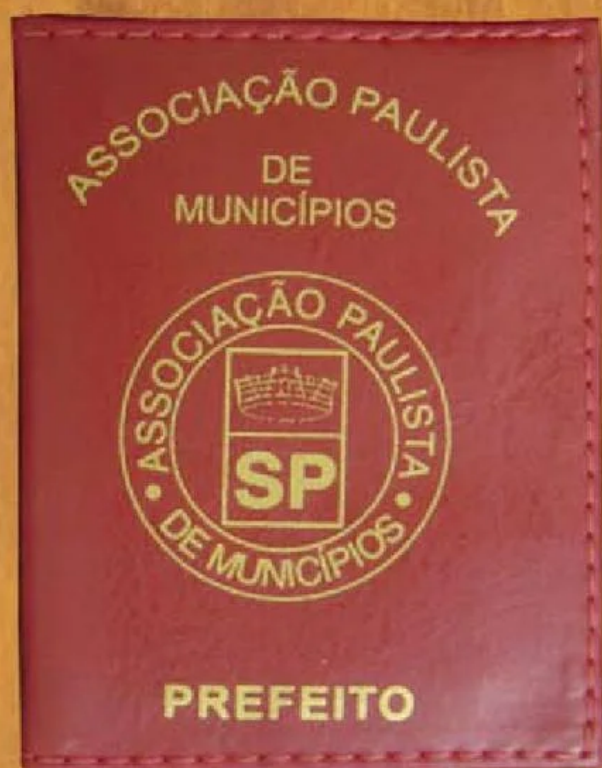
Twitter

@apaulistasp



Carteira de **Agente Público Municipal**

A Carteira de Agente Público Municipal está de cara nova! Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os Municípios associados à APM, podem solicitar a sua. Uma prática carteirinha confeccionada pensando em você Gestor Municipal.



Confira abaixo as vantagens de ser um associado:

- ✓ Carteira de Identificação do Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores;
- ✓ Isenção da taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos Congressos realizados pela APM: Congresso Estadual de Municípios e CBTIM;
- ✓ Desconto na taxa de inscrição para Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, secretários municipais e técnicos do Executivo e Legislativo nos cursos e seminários realizados pela APM;
- ✓ Isenção para acesso webcast, curso pela internet;
- ✓ Direito a voto nas Assembleias, exercido pelo(a) Prefeito(a);
- ✓ Acesso aos serviços da APM, como também de pareceres e consultas jurídicas;
- ✓ Sala dos Municípios equipada à disposição.

Solicite agora mesmo a sua carteirinha de Agente Público Municipal



Informações

Associação Paulista de Municípios

Fone: (11) 2165-9999 | E-mail: apaulista@apaulista.org.br

A MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Por: Isabela Giglio*

Modernamente, as parcerias público-privadas vêm sendo amplamente utilizadas pelo Poder Público, seja no âmbito dos Estados, seja no âmbito dos Municípios, viabilizando a participação da iniciativa privada em projetos relevantes para o interesse público, os quais possivelmente não seriam implementados apenas com recursos da Administração.

Tendo em vista a elevada complexidade inerente às parcerias público-privadas, é importante a existência de um projeto bem definido, que contenha os exames técnico, econômico-financeiro e jurídico do empreendimento que se pretende desenvolver.

O conjunto dessas informações de grande importância para a implementação do empreendimento se denomina “Estudos de Viabilidade”.

Esses estudos podem ser desenvolvidos por particulares, que tenham interesse em contratar determinada parceria público-privada com a Administração Pública, por meio do procedimento de manifestação de interesse.

A manifestação de interesse, que encontra seu fundamento legal no art. 21 da Lei federal nº 8.987/95, no art. 31 da Lei federal nº 9.074/95 e também no art. 3º, da Lei federal nº 11.079/04, é o instrumento que possibilita ao particular apresentar formalmente à Administração o seu requerimento para elaborar os referidos Estudos relativos a determinado projeto.

É o que foi feito, por exemplo, para a construção do Aeroporto Regional da Zona da Mata, em Minas Gerais, do Novo Centro Administrativo do Governo de Sergipe, entre tantos outros.

Uma vez realizado o procedimento de manifestação de interesse, a Administração poderá, com base nos Estudos elaborados, instaurar a licitação, ou não.

Aliás, a seu critério, poderá utilizar ou não os Estudos de Viabilidade, alterar o seu conteúdo, de acordo com a sua conveniência, ou, ainda, não realizar a futura licitação relativa a esse empreendimento.

Note-se que o procedimento de manifestação de interesse resguarda a Administração Pública e o particular interessado em contratar determinada parceria público-privada.

Isto porque reveste de legitimidade os Estudos de Viabilidade, possibilitando a entrega formal e oficial do projeto desenvolvido com vistas à implementação de determinado empreendimento.

Sendo assim, a manifestação de interesse contribui para a realização dos princípios da moralidade e impessoalidade, descritos no art. 37, da Constituição Federal, militando a favor da probidade administrativa.

O princípio da moralidade impõe ao agente público o dever de pautar e conduzir sua atuação com base em preceitos de honestidade, retidão de caráter e competência, repelindo qualquer desvio em relação aos valores protegidos pelo ordenamento jurídico.

Por sua vez, o princípio da impessoalidade traduz a ideia de que a Administração compete tratar os administrados sem discriminações, coibindo favoritismos ou perseguições.

A realização desses princípios não seria possível, por exemplo, se determinado empreendedor particular realizasse os Estudos sem a divulgação a possíveis outros interessados, entregasse os Estudos de forma não oficial, e estes fossem utilizados em futura licitação.

Tal empreendedor estaria em situação favorita em relação aos demais interessados na licitação, por conhecer ampla e profundamente o projeto, de cuja elaboração participou de forma efetiva e exclusiva.

Sendo assim, a situação ora descrita

poderia configurar, inclusive, ato de improbidade administrativa, por parte de todos os envolvidos, na forma prevista no art. 11 da Lei federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Uma vez constatada a prática do ato de improbidade, os agentes estarão sujeitos às penas de ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, na forma prevista no art. 12, do mesmo diploma legal.

Tais disposições também são aplicáveis ao particular que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie, seja de forma direta, seja de forma indireta.

Daí se verifica que o procedimento de manifestação de interesse, ao revestir de legitimidade a realização de Estudos relativos a determinado empreendimento, por parte de particulares interessados em contratar parceria público-privada com a Administração Pública, contribui, sobremaneira, para a realização da probidade administrativa, razão pela qual sua utilização é amplamente recomendável. ●



Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, associada de Lacaz Martins, Hallembeck, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@lacazmartins.com.br).

Uma análise mais que sociológica

Quirino, esses letrado num intende nada de eleição. Inté teve revista com o nosso governador na capa dizendo que tudo ia mudar no segundo turno e que ele ia de casa em casa conquistar voto pro candidato do seu partido. Mai nein que ele quisesse, sô!!!

- Que se qué dizer co'isso Firmino?

- O trem é fácil de enxergá: o candidato da oposição podia ser de Minas e num foi; a situação sempre botô dinheiro aqui nos oito anos e até governá junto eles governaro; a candidata da situação era de Minas; e para compretar o cardo o candidato da oposição era Paulista, ou mió, paulistano, daqueles que nos óia de cima, nos chama de caipira e diz que nós comi quieto e comi queijo. E aí, precisa ser profeta ou dizê mais, uai?

- Gente do céu, como é que alguém pôde pensa que Minas e ia virá a eleição. Acharo que iam botá de novo café nosso leite ou memo fazer a famosa aliança Caracu?

- Pois é, pensaro e tomaro ...

José Claudio Manesco





O seu apoio às nossas iniciativas e atividades durante todo o ano contribuiu para o avanço da causa municipalista em nosso Estado.

Neste final de ano queremos lhe agradecer, na certeza que continuaremos contando com seu apoio e sua participação em nossas ações para o ano de 2011.

Em nome da Diretoria Administrativa, Conselhos e Funcionários, envio nossos votos de um FELIZ NATAL e um ANO NOVO repleto de PAZ e HARMONIA.

MARCOS MONTI
Presidente da APM



**Banco do Brasil e Poder
Executivo Municipal.
Parceria presente em
todos os momentos e
em todo o Brasil.**



É DO BRASIL

Todo seu

Central de Atendimento BB 4004 0001 ou 0800 729 0001 – SAC 0800 729 0722
Ouvidoria BB 0800 729 5678 – Deficiente Auditivo ou de Fala 0800 729 0088 ou acesse bb.com.br